

Brasileiros

número 68 - março - www.brasileiros.com.br

SUBVERSIVOS

ACREDITE. **ESTAS CRIANÇAS** FORAM PRESAS
E BANIDAS DO BRÁSIL. MAIS DE 40 ANOS DEPOIS,
ELAS CONTAM COMO SOBREVIVERAM.
HÁ QUEM NÃO TENHA CONSEGUIDO por LUIZA VILLAMÉA

BENTO XVI

O VATICANÓLOGO ERIC
FRATTINI, EM ENTREVISTA
EXCLUSIVA À **Brasileiros**, REVELA
OS BASTIDORES DA RENÚNCIA.
TAMBÉM PUBLICAMOS
TRECHO INÉDITO DO LIVRO
LOS CUERVOS DEL VATICANO

por LUIZA VILLAMÉA, MARCELO PINHEIRO
e MARIA TERESA WASSERMANN

O QUE DIZEM AS MULHERES

- A LEI MARIA DA PENHA EM XEQUE
- COMO PILOTAR UM... AMX
(E, OLHE, NÃO É UM CARRO COREANO)
- A ETERNA DESIGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS
- AS PRIMAS QUE CRIARAM O SLOW SHOPPING
- ELAS INVADIRAM O UNIVERSO MASCULINO:
UMA É POLICIAL E A OUTRA, TAXISTA



Quando. meninos são fichados como **TERRORISTAS**

Presos com a avó e os pais, os brasileiros Ernesto, Zuleide, Luis Carlos e Samuel conheceram os cárceres do regime militar, foram enquadrados como subversivos e banidos do País. O mais novo tinha 2 anos e 3 meses. O mais velho estava para completar 9 anos. A saga das quatro crianças é a primeira reportagem da série *Filhos do Brasil*, que a **Brasileiros** começa a apresentar nesta edição

por LUIZA VILLAMÉA



TERCINA DIAS DE OLIVEIRA

Banida do Brasil em junho de 1970, junto com outros 39 presos políticos trocados por um embaixador sequestrado pela guerrilha, a costureira Tercina integrava a VPR, organização clandestina liderada por Carlos Lamarca. Conhecida como Tia, estava com 55 anos quando deixou o País em companhia de quatro crianças, sendo três netos e um filho de criação

ERNESTO CARLOS NASCIMENTO

Chamado de Chezinho por conta do argentino Ernesto Che Guevara, o neto mais novo de Tercina tinha 2 anos e 3 meses quando posou para esta foto, pouco antes de decolar para o exílio. Seus pais, Jovelina e Manoel, continuaram presos em São Paulo. Lamarca deixou para ele um punhal dourado

ZULEIDE APARECIDA DO NASCIMENTO

Tinha 4 anos e 10 meses quando foi banida do Brasil. Na fotografia, está no colo do ex-sargento Darcy Rodrigues, que ela conhecia da área de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira (SP). Com a avó, Luis Carlos e Samuel, Zuleide morou na casa de pau-a-pique que servia de fachada para a guerrilha

LUI CARLOS MAX DO NASCIMENTO

Irmão de Zuleide, Luis Carlos estava com 6 anos e 7 meses na ocasião em que saiu do País classificado como subversivo. Demorou 42 anos para reencontrar a mãe, Maria, que se separara de um filho de criação de Tercina e, doente, deixara Zuleide e Luis Carlos aos cuidados da avó paterna

SAMUEL DIAS DE OLIVEIRA

Filho de criação de Tercina, fez o papel de neto na família fictícia instalada na entrada da área de treinamento de guerrilha. Tinha quase 9 anos quando foi banido e, sem documentos, ganhou o sobrenome de Tercina. Só conseguiu regularizar seus papéis em 1982. Agora, assina Samuel Ferreira

REPRODUÇÃO: LUIZA VILLAMÉA/FUNDO DEOPS/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARA BANIR OS MENINOS, O REGIME MILITAR OS

A ficha de Ernesto Carlos Nascimento nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), em São Paulo, não deixa dúvidas: o “elemento” é subversivo. Informações detalhadas sobre suas ações terroristas podem ser obtidas nas pastas 30Z-160-9633 e 30Z-160-9636. Junto com Zuleide, Luis Carlos e Samuel, Ernesto foi banido do País por decreto do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, em junho de 1970. O decreto teve como base o Ato Institucional

número 13, que permitia “banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. Ocorre que Ernesto, Zuleide, Luis Carlos e Samuel são as quatro crianças da fotografia da página anterior, tirada na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, minutos antes de serem embarcadas em um Boeing 707 da Varig rumo a Argel, capital da Argélia. Ernesto, o mais novo, tinha apenas 2 anos e 3 meses. Samuel, o mais velho, completaria 9 anos dali a quatro meses. Os 40 adultos que aparecem na imagem são presos

políticos do regime militar instaurado no País entre 1964 e 1985, que deixou pelo menos 357 mortos e desaparecidos, além de tratar meninos como terroristas. Na fotografia, a pessoa mais conhecida é o jornalista Fernando Gabeira, que está de camisa branca, ao lado de Samuel. Para as crianças, quem mais importava era a avó, a costureira Tercina Dias de Oliveira.

Tercina, a senhora de óculos da fotografia, marcou época na resistência à ditadura militar. Semianalfabeta, ela era simpatizante do Partido Comunista do Brasil desde meados dos anos 1940. Nascida em Barreiros

“Tenho esse vazio na vida. Ninguém sabe o que aconteceu comigo naqueles dias. SEI QUE VI MEU PAI NA TORTURA, MAS EU ERA MUITO PEQUENO”

Ernesto Carlos Nascimento

(PE), casou-se pela primeira vez aos 14 anos, pressionada pela família. Seis meses depois, ficou viúva. Mais três casamentos e mais três vezes viúva, Tercina morava em Osasco (SP) quando um de seus filhos, Manoel Dias do Nascimento, começou a trabalhar ainda adolescente como operário. Incentivado pela mãe, Manoel também passou a atuar no sindicato dos metalúrgicos. Pouco depois, casou-se com a operária Jovelina Tonello. Em 1968, ele estava na linha de frente de uma greve que estremeceu Osasco e provocou pesada reação dos militares. Reprimido o movimento, Manoel não teve outra alternativa a não ser sair de circulação.

REPRODUÇÃO: LUIZA VILLAMÉA/FUNDO DEOPS/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ENQUADROU COMO “PERIGOSOS À SEGURANÇA NACIONAL”



Na clandestinidade, aderiu à organização de luta armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Mãe de quatro filhos legítimos e dois de criação, Tercina não demorou a seguir os passos de Manoel. Ao entrar para a VPR, levou as três crianças que viviam com ela – Zuleide, Luis Carlos e Samuel. Na ocasião, o capitão do Exército Carlos Lamarca, que desertara do 4º Regimento de Infantaria para incorporar-se à VPR, estava montando um centro de treinamento de guerrilha em uma área de mata fechada, incrustada na Serra do Azeite, no Vale do Ribeira, no sul do Estado de São Paulo. Mais velha que a maioria dos guerrilheiros, Tercina logo começou a ser chamada de Tia, e foi uma das primeiras pessoas a serem deslocadas para o Vale do Ribeira. “O Lamarca adorava a Tia. Eles tinham uma relação de mãe e filho”, lembra o ex-sargento Darcy Rodrigues, que deixou o Exército junto com Lamarca e coordenou uma das bases da área de treinamento.

No Vale do Ribeira, Tercina tinha dupla função. Com as crianças e o sapateiro José Lavecchia, formava uma família de fachada, instalada em uma casa de pau-a-pique na entrada da área de treinamento. “Se aparecesse algum estranho, eu tinha de correr até a casa de cima e puxar a cordinha que fazia subir um pano branco”, conta Samuel, que era filho adotivo de Tercina, mas fazia as vezes de neto na família de fachada. A casa de cima à qual Samuel se refere era uma construção camuflada na mata que servia como depósito de mantimentos e munição. Bem perto, havia uma cachoeira. Na casa, tinha até uma geladeira movida a gás, onde ficavam guardados medicamentos e soro antiofídico.

A outra função de Tercina era fabricar os uniformes usados nos treinamentos,



“ELEMENTO SUBVERSIVO”

Fichas do Deops que remetem às pastas com informações sobre Ernesto. Em uma delas, aparece o codinome Paiva, adotado à época pelo pai do garoto

NO VALE DO RIBEIRA, CRIANÇAS SERVIRAM DE

em uma oficina montada na mesma casa que servia como depósito. Para que as costuras resistissem à umidade da Mata Atlântica, ela usava sempre fios de nylon. As roupas eram similares às do Exército. “Mas tinham bolsos maiores, com prega macho-fêmea, que estufa e aumenta o volume”, diz o ex-sargento Darcy. “Nos bonés, de couro, ela pregava uma proteção para a nuca, que nem o Lamarca tinha visto quando serviu no Oriente Médio.” A diferença é que no Canal de Suez, onde Lamarca integrou as tropas de Paz da ONU em 1962, os soldados usavam o boné com protetor de pescoço para barrar a entrada de areia e evitar queimaduras de sol. Na mata, a ideia era poupar a nuca dos guerrilheiros das picadas de inseto.

Com pouca noção do que se passava no entorno, Zuleide, Luis Carlos e Samuel tinham na área de treinamento uma rotina de criança que não frequentava escola nem convive com outros garotos. Brincavam nas proximidades da casa de pau-a-pique, pegavam frutas no pé, tomavam banho de rio e lidavam com os muitos animais que Tercina levou para o sítio. Lá, havia criação de porcos e galinhas, mas Zuleide se lembra em especial de um gatinho e do pé de laranja-lima próximo à porta da cozinha. “Tinha também o meu avô, que me punha nos ombros e andava comigo para baixo e para cima”, conta Zuleide, hoje secretária em um escritório de advocacia em São Paulo. Como ela, Samuel tem ótimas lembranças do “avô” Lavecchia, o senhor de cabelos brancos e camisa listrada bem no meio da fotografia dos presos políticos na abertura desta reportagem. “Ele me ensinou a andar a cavalo, a pegar pato, a fazer estilingue. Era muito bacana”, diz Samuel, que atualmente trabalha como operador de empilhadeira em São João de Meriti (RJ).



FOTO: LUIZA SIGUEM

FACHADA PARA UMA ÁREA DE TREINAMENTO DA GUERRILHA

Na cidade vizinha de Duque de Caxias vive Luis Carlos, que é encaixador industrial, e também não se esquece dos tempos do Vale do Ribeira. Analisando em retrospectiva, Luis Carlos acredita que tanto ele quanto Zuleide e Samuel sabiam que participavam de uma situação excepcional, mesmo sem ter consciência do contexto político. “A gente tinha noção do que podia falar, do que não podia. Sabia que não podia olhar pela janela quando transitava de um aparelho para outro”, diz, referindo-se às casas clandestinas usadas pelas organizações de luta armada. Filhos de um filho adoti-

guerrilheiros não frequentavam a casa de Tercina. Em geral, ficavam em duas bases rústicas montadas no meio da mata e às quais as crianças jamais tiveram acesso. Zuleide se recorda apenas de uma ocasião em que um dos guerrilheiros, Ariston Lucena, apareceu para se tratar de um corte de facão na perna. Nos meses em que moraram no Vale do Ribeira, Zuleide, Luis Carlos e Samuel também não se encontraram com Ernesto, que era chamado de Chezinho, em alusão ao líder guerrilheiro Ernesto Che Guevara. Neto de Tercina, filho de Jovelina e Manoel, aquele que esteve à frente da greve de Osas-

da manhã, para chegar no máximo às 5h30 no litoral. Imaginávamos que seria tranquilo”, diz Espinosa. Ele assumiu o volante de uma Rural Willys verde, simulando formar um casal com a integrante da VPR Ana Matilde Tenório da Motta, que ocupava o banco dianteiro de passageiro. Atrás, um outro casal – Lamarca e Jovelina Tonello, com o filho Ernesto no colo. Sem nenhum problema, eles passaram pelo pedágio e desceram a serra pela Rodovia Anchieta. A estrada estava vazia. Em seguida, pegaram a Rodovia Pedro Taques, que tinha pista única, com duas faixas e acostamento irregular. O dia não tinha amanhecido. De repente, depois de uma curva fechada, viram uma porção de luzes e viaturas estacionadas. Espinosa gelou. Conhecía a área dos tempos em que servira Exército e tivera de acampar à beira da Pedro Taques. Sabia que estava em uma região de lamaçal, difícil de escapar.

Jovelina, a mãe de Ernesto, não disse nenhuma palavra: “Só continuei a segurar o meu filho, enquanto jogavam luz de lanterna na cara de cada um de nós”. Espinosa desceu da Rural, enquanto um tenente examinava os documentos do carro, que estavam em nome de Eduardo Collen Leite, o Bacuri, também procurado pela repressão. Tentando aparentar tranquilidade, Espinosa disse que emprestara o carro de um amigo para deixar no litoral o tio doente, com problemas no pulmão. Explicou que o tio estava acompanhado pela mulher e pelo filho. Com jeitinho, falou da inconveniência de ser parado no meio da estrada. “É para a segurança de vocês mesmos, proteção contra bandidos e terroristas”, respondeu o tenente.

Ninguém sabe precisar quanto tempo durou a conversa entre Espinosa e o tenente. O fato é que pareceu uma eternidade. Todos imaginavam que,

“Lembro do Lamarca chegando da mata. **ELÊ SENTAVA NO CHÃO DA COZINHA E TIRAVA AS BOTAS. Gostava de brincar com a minha avó**”

Zuleide Aparecida do Nascimento



vo de Tercina, Luis Carlos e Zuleide eram criados pela avó paterna desde muito pequenos, quando os pais se separaram. Ambos se recordam de uma cena que se repetiu na área de treinamento e revela uma faceta jocosa, pouco conhecida de Carlos Lamarca. Depois de muitos dias na mata, o líder da VPR às vezes aparecia na casa de pau-a-pique, sentava no chão da cozinha, tirava as botas fedidas e provocava Tercina:

– Ei, Tia, quer toucinho para o seu feijão?

Com exceção de Lamarca e de sua companheira Iara Iavelberg, que passou uma temporada no Vale do Ribeira, os

co, Ernesto passou por diferentes aparelhos no período. Antes, quando não tinha nem 2 anos, também serviu de fachada para Lamarca.

Com a fotografia estampada em cartazes de terroristas procurados, Lamarca ainda não tinha feito a plástica que alterou de leve sua fisionomia. Precisava se deslocar de São Paulo para a cidade litorânea de Mongaguá, onde aconteceria um congresso clandestino da VPR. “O bebê fez parte do plano para levar Lamarca em segurança”, conta Antonio Roberto Espinosa, que integrava o comando da organização e também estava nos cartazes de procurados.

“Saímos de São Paulo às 4 horas

OS MENINOS FORAM PRESOS PELO CAPITÃO

durante uma possível blitz, a presença de uma criança no carro representaria dispensa rápida. “Eu tinha tirado um revólver do porta-luvas e escondido na cintura. Estava usando um pulôver fino, não sei como o tenente não notou”, afirma Ana Matilde ao lembrar o episódio. Durante a blitz, Jovelina percebeu quando Lamarca passou o braço por detrás do banco e engatilhou uma arma. Era uma metralhadora Ina 45. A mãe de Ernesto achou que todo mundo iria morrer. A sensação aumentou quando pediram para abrir o porta-malas. Espinosa, porém, tratou de mostrar que eram apenas cobertores, levantando ele mesmo alguns deles, sem deixar à mostra o armamento que havia debaixo.

“No final, o tenente nos liberou. Andei um quilômetro, no máximo. Veio uma curva. Depois, uma reta. Tive uma taquicardia”, relata Espinosa. “Nós nunca conversamos entre nós sobre isso. Só o Lamarca reclamou. Ficou puto de eu apresentá-lo como um tio doente.” Com Jovelina, o líder da VPR foi mais efusivo: “Lá na casa, Lamarca levantou o Ernesto para o alto e disse: ‘Esse menino salvou a minha vida. Não deixe ele sofrer nunca’”. Mais tarde, deu um punhal dourado para a família entregar a Ernesto quando o garoto crescesse.

O punhal dourado estava em um aparelho do bairro de Vila Formosa, em São Paulo, quando uma equipe da temida Operação Bandeirantes (Oban) chegou para prender Jovelina na tarde da segunda-feira 18 de maio de 1970. Horas antes, seu marido Manoel havia sido capturado ao cobrir um ponto, como eram chamados os encontros clandestinos entre integrantes dos grupos de resistência ao regime militar. No bolso, Manoel tinha uma multa de trânsito, com o endereço de Vila Formosa. Ainda naquela segunda-feira, a família se reencontrou na sede da Oban, que

havia sido instalada na rua Tutoia, na Vila Mariana, como lembra Jovelina:

– Trouxeram o Manoel com as mãos amarradas, arrastando o corpo pelo chão, apoiado nos cotovelos. O Ernesto desceu do meu colo, ficou passando a mão no rosto do Manoel e repetindo: “Não bate no meu paizinho”.

Levada em seguida para uma cela da Oban, Jovelina perdeu o contato com o filho. Dias depois, já nas dependências do Dops, foi retirada da cela e reunida ao marido em uma sala. Um torturador, que eles não sabem identificar, disse ao casal que não tinha filhos e queria adotar Ernesto. Diante das negativas



“Minha avó mandou a gente se vestir e não falar nada. A GENTE OBEDECEU. PERCEBI QUE ERA PRISÃO EM SÃO PAULO. Foi quando desabei”

Luis Carlos Max do Nascimento

do casal, o torturador comentou que eles ficariam sem alternativa, pois até Tercina, a mãe de Manoel, estava presa. De fato, um mês antes de Jovelina, Tercina e seus três netos haviam caído nas garras da Oban.

Eles já não estavam mais no Vale do Ribeira quando os homens da Oban chegaram. Uma série de prisões em São Paulo havia colocado a segurança da área em risco. Convencido de que, mais dia menos dia, a repressão arrancaria na tortura informações sobre o local, Lamarca decidiu acabar com o esquema de fachada. Incorporou Lavecchia, que fazia o papel de avô, às bases de treinamento na mata. Ao

mesmo tempo, transferiu Tercina e as crianças para a cidade de Peruíbe, no litoral paulista. No começo, eles moraram em uma pensão chamada Sambutá. Depois, a própria Tercina alugou uma casa de dois quartos na cidade, na qual chegou a hospedar Lamarca e Iara, que lá se reuniram com outros integrantes da VPR.

Uma madrugada, ela acordou com batidas na janela. Era Maria do Carmo Brito, do comando da VPR, que havia sido presa dois dias antes no Rio de Janeiro. Junto com Maria do Carmo, estava uma equipe da Oban chefiada pelo capitão Mauricio Lopes Lima, o

mesmo que décadas depois seria reconhecido como um dos torturadores da presidenta Dilma Rousseff. Luis Carlos demorou para se dar conta do que estava acontecendo: “Minha avó mandou a gente se vestir e não falar nada. A gente era bem disciplinado, obedecia. Percebi que era prisão em São Paulo. Foi quando desabei. Agarrei nela, mas eles me arrebatarem e arrastaram a minha avó.”

Em seguida, as três crianças foram levadas para um casarão, onde só tiveram contato com uma mulher. “Era um casarão de luxo, com móveis antigos. A senhora não tratou mal a gente, mas era seca, não tinha costume de lidar

MAURICIO, UM DOS TORTURADORES DE DILMA ROUSSEFF



com criança. E a gente tinha de ficar o tempo todo no quarto, não podia andar pela casa”, diz Luis Carlos. Samuel se lembra de que eles foram levados para esse casarão de madrugada. Depois de dois ou três dias, as crianças foram separadas. Com 4 e 6 anos de idade, Zuleide e Luis Carlos foram levados para o que acreditam ser dependências do Juizado de Menores. “Eu tinha o cabelo comprido. Lembro quando fizeram uma trança e cortaram o meu cabelo. Também tiraram meu brinco de ouro, mas não me lembro de ter apanhado. O Samuel, coitado, apanhou que nem gente grande. Como ele era mais velho, tinha quase 9 anos, colocaram junto com infratores”, diz Zuleide.

Como Zuleide e Luis Carlos, Samuel não sabe exatamente onde ficou: “Era uma espécie de reformatório, para menores com problemas. Só tinha pessoas más. Batiam muito. Para não deixar marcas, batiam na sola dos pés, com pedaços de madeira. Tentei fugir duas vezes, mas não consegui.” Ernesto, o mais novo dos quatro, não se lembra de nada desse período: “Tenho esse vazio na minha vida. Um trauma. Ninguém sabe direito o que aconteceu comigo naqueles dias. Sei que vi meu pai na tortura, mas eu era muito pequeno. Tinha 2 anos”. Em algum momento, ele foi levado para o mesmo lugar que Zuleide e Luis Carlos. Estavam juntos quando um comando guerrilheiro sequestrou no Rio o embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben.

A Seleção Brasileira de futebol disputava as quartas de final da Copa do Mundo de 1970, quando o governo Médici aceitou trocar o embaixador alemão por 40 presos políticos. Pela negociação, assim que os brasileiros desembarcassem na Argélia, o embaixador seria liberado no Rio. O nome de Tercina constava da relação de presos a

O DOPS COLOCOU AS CRIANÇAS NA LISTA DE

serem trocados pelo embaixador, com direito a sair acompanhada pelos três netos que estavam em sua companhia no momento da prisão. Determinada como poucos, Tercina bateu o pé. Disse que só sairia do Brasil se fosse com os quatro netos. “Teve até companheiro tentando convencê-la a sair só com os três, pois ela estava atrasando as negociações. Havia o temor de que descobrissem o cativeiro do embaixador”, conta Jovelina, que se encontrava presa no Dops e também fez suas exigências: “Falei que só assinava a autorização para Ernesto sair do Brasil se eu visse o meu filho. Desde a prisão, um mês antes, eu não sabia dele.” Ficou chocada quando levaram o menino ao seu encontro. De esperto e falante, Ernesto havia se tornado um garoto retraído e calado, avesso ao contato com a própria mãe.

E foi assim, ainda com jeito de bebê, que Ernesto entrou para a lista de “elementos subversivos solicitados para resgate” que o delegado Alfeu Forte, do Dops, entregou para o coronel Erar Campos Vasconcelos, chefe da 2ª Seção do II Exército, em 15 de junho de 1970. No dia seguinte, acompanhado por Tercina, Zuleide, Samuel, Luis Carlos e outros oito presos políticos encarcerados em São Paulo, Ernesto foi entregue a um tenente-coronel e a um major, piloto e copiloto do avião bimotor C47-Douglas, prefixo 2056, da Força Aérea Brasileira, que voou para o Rio. Na Base Aérea do Galeão, o grupo se reuniu a outros 31 presos políticos e, depois de posar para a fotografia que entrou para a história recente do Brasil, embarcou para a Argélia.

Um mês depois, Tercina exilou-se com os quatro netos em Cuba. Ernesto continuou calado e arredio por muito tempo. Se aparecia alguma pessoa estranha em sua casa, corria e se escondia debaixo da cama. Mordia

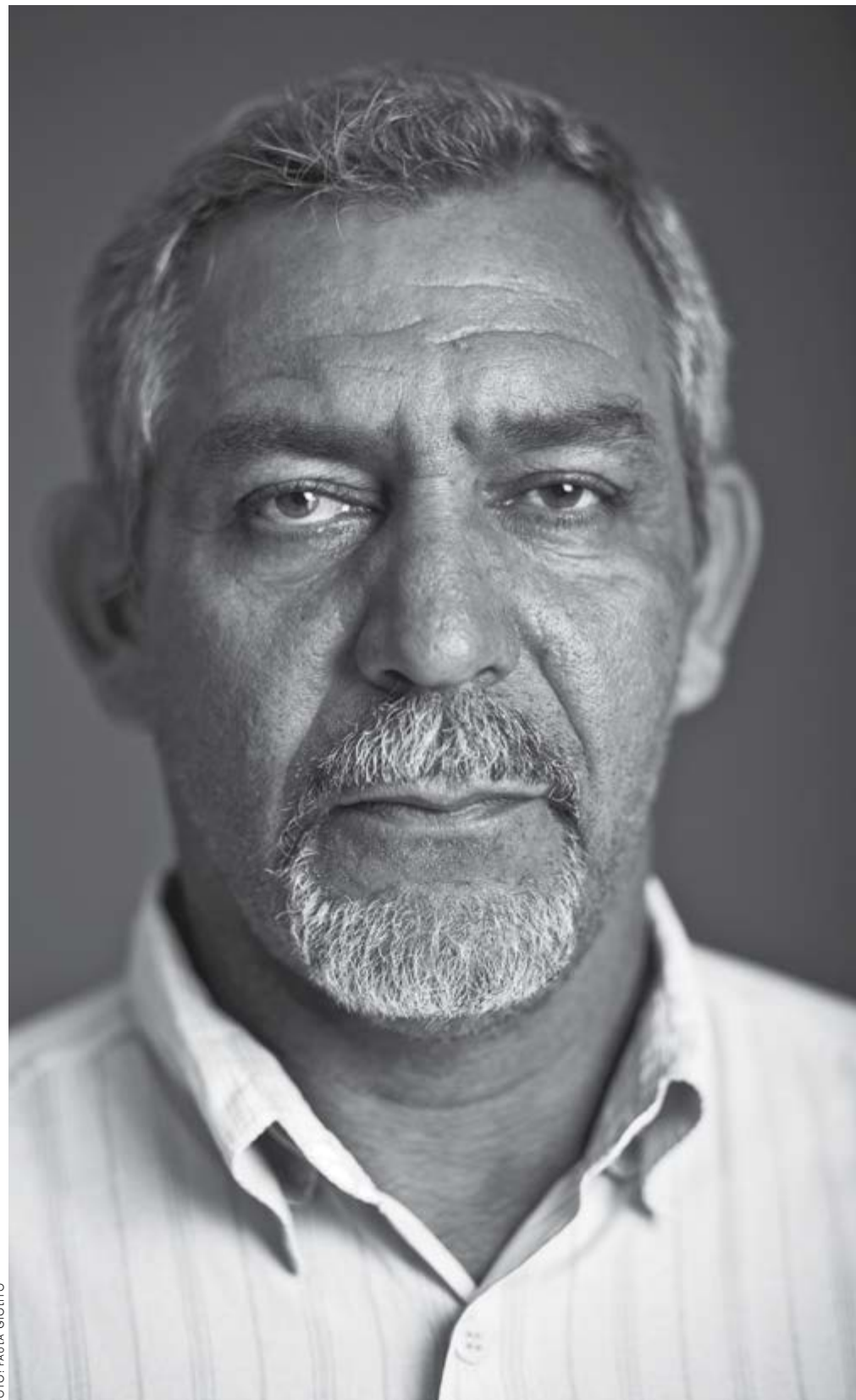


FOTO: PAULA GIOITO

“ELEMENTOS SUBVERSIVOS SOLICITADOS PARA RESGATE”

quem tentava pegá-lo. “Eu também tinha pavor de polícia. A Damaris é quem ajudou nisso”, diz, referindo-se a Damaris Lucena, que também estava exilada em Cuba e é mãe de Ariston, o guerrilheiro ferido a facão no Vale do Ribeira. “Ela pediu a um policial que me entregasse um carrinho de plástico. Como os outros guardas de trânsito de Cuba, ele andava em uma Harley-Davidson enorme. Era antiga, mas linda. Ele me deu o carrinho e me colocou na moto. Daí em diante, eu achava que todo policial em cima de uma Harley-Davidson era meu amigo.”

Em Cuba, Tercina e os quatro netos

uma temporada na Baixada Fluminense, pediu à mãe de Samuel para criá-lo. “Foi a minha sorte. Eu ficava o tempo todo na rua ou em um cemitério da vizinhança. Se não fosse minha avó, teria virado traficante, teria morrido. Minha mãe era muito inocente, não sabia de nada que estava acontecendo no Brasil.” Quando voltou de Cuba, em 1982, Samuel procurou a família de sangue e assumiu o sobrenome Ferreira: “Quando a Tercina me levou, eu só era Samuel. Por isso, tinha ficado com o sobrenome dela nos documentos”.

Quatro anos depois, em 1986, assim que os netos terminaram os estudos, Ter-

“Em São Paulo, fiquei numa espécie de reformatório. BATIAM MUITO. BATIAM NA SOLA DOS PÉS, COM PEDAÇOS DE MADEIRA”

Samuel Ferreira



dividiram por muitos anos uma casa com Damaris, que também estava na ilha com quatro crianças. Samuel, já com 9 anos, foi pela primeira vez à escola. Como os outros meninos, completou um curso profissionalizante. “Eu queria ser piloto de caça, mas não deixaram. Era uma carreira que só os cubanos podiam seguir”, diz. Ainda assim, ele acredita que ficou no lucro. Nascido no bairro do Éden, em São João de Meriti, Samuel vivia em situação de risco. Morava com a mãe e as irmãs, que trabalhavam fora e precisavam deixá-lo sozinho o dia inteiro. Sensibilizada com a situação do garoto, Tercina, que antes de se radicar em Osasco passara

cina voltou ao País com Zuleide, Luis Carlos e Ernesto. Os dois mais velhos também tentaram então reencontrar a mãe biológica. A busca demorou, mas foi muito importante para Luis Carlos: “Eu adorava minha avó, mas precisava conhecer minhas raízes. Como meu pai também era filho de criação de Tercina, minhas raízes de verdade estavam com a minha mãe. Só sabia que ela se chamava Maria e que estava doente quando se separou do meu pai”. Em 2007, depois de 42 anos de separação, Luis Carlos reencontrou a mãe em São Vicente, no litoral paulista. Zuleide estava presente, também se emocionou com o reencontro, mas,

criada com a avó desde os 5 meses de idade, não sentiu o mesmo impacto que Luis Carlos. “Perdi minha mãe no dia em que enterrei minha avó”, afirma, referindo-se a Tercina, que morreu de câncer aos 88 anos, em março de 2003.

Até completar 18 anos, Ernesto morou a maior parte da vida com a avó. Só no ano passado conseguiu validar o diploma de técnico em projetos mecânicos e ferramentas tirado em Cuba, no decorrer de uma ação impetrada junto à Comissão de Anistia do governo federal. Como os irmãos, para conseguir trabalho, muitas vezes precisou omitir do currículo que tinha vivido e estudado na ilha. Hoje, é consultor na área de Tecnologia Industrial e de Informação. Seus pais, Jovelina e Manoel, foram banidos do Brasil em janeiro de 1971. Passaram pelo Chile, fizeram treinamento de guerrilha na Coreia do Norte, e também moraram em Cuba. Na volta ao Brasil, o casal se separou. Manoel continua sindicalista atuante em Cotia, na Grande São Paulo. Jovelina aposentou-se como enfermeira, mas ainda pratica uma técnica de massagem conhecida como acupuntura coreana das mãos em Guarulhos, também na Grande São Paulo.

Quanto ao punhal dourado que Lamarca deu de presente a Ernesto, o paradeiro é incerto. Jovelina já tinha se esquecido do documento, mas a reportagem da **Brasileiros** localizou nos arquivos do Deops uma petição feita por ela ao diretor do Presídio Tiradentes, Olyntho Denardi, no dia 7 de julho de 1970. Com ousadia surpreendente para uma presa política, então sem perspectiva de deixar a cadeia, Jovelina pedia a devolução de 47 objetos retirados pelos homens da Oban de sua casa na Vila Formosa. Entre eles estava o punhal dourado. Passadas mais de quatro décadas, ela continua sem nenhuma resposta. **I**

As marcas da tortura não DESAPARECEM jamais

Com apenas 1 ano e 8 meses Carlos Alexandre Azevedo sofreu na pele a violência do regime militar. Cacá cresceu arredio ao contato com outras pessoas. Mesmo submetido a sucessivos tratamentos médicos, não conseguiu superar um transtorno diagnosticado como fobia social.

Aos 37 anos, sentiu-se confortado quando a Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, reconheceu o seu drama. Não foi, porém, o suficiente para continuar a viver

por LUIZA VILLAMÉA

Por acreditar em um Brasil “justo e fraterno”, o jornalista e cientista político Dermi Azevedo lançou na quarta-feira 6 de fevereiro o livro *Travessias Torturadas – Direitos Humanos e Ditadura no Brasil*. No encontro que reuniu amigos e militantes de movimentos sociais na Livraria Fox, em Belém (PA), onde mora atualmente, Dermi chegou a comentar que não tinha nenhum interesse comercial na obra: “É um livro a ser distribuído, para mostrar o prejuízo impagável provocado pela ditadura nos valores, na realidade subjetiva”. Dez dias depois, a sucessão de traumas que levaram Dermi a escrever e reescrever por anos a fio *Travessias Torturadas* teve um desfecho trágico:

Carlos Alexandre Azevedo, seu filho mais velho, se matou aos 39 anos, com uma overdose de medicamentos.

Carlos era chamado pela família de Cacá e tinha apenas 1 ano e 8 meses quando uma equipe do Dops, a temida polícia política do regime militar, chegou à casa da família, no Jardim da Saúde, em São Paulo, na manhã de 15 de janeiro de 1974. O bebê estava sozinho com a babá. O pai, Dermi, havia sido preso na véspera, acusado de “difamar o Estado brasileiro”. A mãe, a pedagoga Darcy Andozia, tinha saído de casa muito cedo, em busca de ajuda para o marido. Não satisfeitos com o resultado da busca que haviam feito na residência na noite anterior, os homens do Dops haviam voltado para repetir a dose. Mandaram Carlos e a

babá ficarem calados e quietos. O bebê não obedeceu. Levou um soco que fez sangrar sua boca.

Com os lábios cortados, foi levado para a sede do Dops, um prédio de tijolos à vista no centro paulistano, conhecido na época como palco de infindáveis sessões de tortura. No total, a criança passou cerca de 15 horas em poder das forças de repressão. “Como alguém pode considerar um bebê subversivo, perigoso, inimigo do governo? Pelos relatos que recebemos, ele levou até choques elétricos”, indigna-se Dermi. No decorrer daquele dia, a mãe de Carlos também acabou presa. Mais tarde, o bebê foi entregue aos avós maternos, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Na verdade, em vez de entregue, ele



LAÇOS DE FAMÍLIA Carlos, aos 3 anos, com a mãe, Darcy, e o pai, Dermi

foi jogado no chão. Acabou com um machucado a mais na cabeça. “Isso me foi contado. O certo é que ele ficou apavorado. E esse pavor tomou conta dele. Entendo que a morte dele foi o limite da angústia.”

Enquanto os pais estavam encarcerados no Dops, Carlos continuou sob os cuidados dos avós. Embora tenha passado por intensa pressão psicológica, sua mãe não sofreu agressões físicas. Saiu da cadeia depois de 45 dias. Sobrevivente da tortura, Dermi esperou cinco meses para ser liberado. À época da prisão, ele era repórter do jornal *Última Hora*. Participava de uma rede de apoio a perseguidos políticos, mas a atividade que desencadeou a violência da repressão contra a sua família havia sido preparada

“Como alguém pode
**CONSIDERAR UM BEBÊ
SUBVERSIVO, PERIGOSO,
inimigo do governo?”**

Dermi Azevedo, jornalista e cientista político

para o Conselho Mundial de Igrejas, uma conceituada organização ecumênica com sede em Genebra, na Suíça.

Em contato com a educadora Maria Nilde Mascellani (1931-1999), que criara a entidade de assessoria educacional Renov, o Conselho Mundial de Igrejas pediu uma compilação de livros didáticos adotados no Brasil a mando dos generais. “Passei meses pesquisando e redigindo a síntese,

que recebeu o título *Educação Moral e Cívica e a Escalada do Fascismo no Brasil*”, lembra Dermi. O trabalho não chegou a ser publicado, mas a descoberta dos originais durante uma batida policial na sede do Renov foi o suficiente para dar início ao ciclo que instalou o terror na família de Dermi.

Carlos estava com 10 anos e tinha três irmãos mais novos quando os pais começaram a contar-lhe o que havia acontecido em janeiro de 1974. Àquela altura, ele manifestava há tempos extrema dificuldade de relacionamento, em um quadro diagnosticado mais tarde como fobia social. Dos 13 aos 20 anos, raras vezes conseguiu sair de casa. Mais tarde, revelou grande habilidade para lidar com computadores. Com a internet e a proliferação das redes sociais, chegou a fazer amigos virtuais. Mas, mesmo sob tratamento médico, jamais conseguiu manter por muito tempo uma atividade profissional que envolvesse lidar com pessoas.

Em janeiro de 2010, Carlos sentiu um certo alento com o julgamento de seu processo de anistia no Ministério da Justiça, que culminou com um pedido de desculpas do Estado pelos males que sofrera. Na condição de

anistiado político, recebeu uma indenização de R\$ 100 mil. Gastou parte do dinheiro para reparar o maxilar socado pelos homens do Dops em janeiro de 1974. Embora costumasse repetir que nunca conseguiria se recuperar do trauma da infância, não há dúvida de

que tentou. Seis dias antes de morrer, ele fez uma longa caminhada por uma das maiores florestas urbanas do mundo, na Serra da Cantareira, na zona norte de São Paulo. Completou a trilha da Pedra Grande, que dá uma vista espetacular para a capital paulista, e depois postou no Facebook: “O lugar vale muito a pena visitar, para uma caminhada e depois relaxar no mirante, vendo a cidade.” **I**

Como um PASSARINHO

Joana é filha de Gustavo Buarque Schiller, o sobrinho da amante do ex-governador Adhemar de Barros. Gustavo foi quem articulou com a guerrilha o roubo de um cofre, na mansão onde morava, com US\$ 2,5 milhões dentro. Joana tinha apenas um ano e oito meses quando Gustavo morreu. Hoje, aos 29 anos, ela encaixa as peças que encontra com a história do pai, para melhor incorporá-lo à própria vida

texto LUIZA VILLAMÉA fotos RICARDO CHAVES

Joana estava com quase 4 anos quando explicou para a mãe de uma amiguinha por que não tinha pai: “Ele estava na janela. Passou um passarinho voando. Ele voou atrás do passarinho”. Enquanto vasculha o passado em uma caixa de fotografias, Joana Rocha Schiller, 29 anos, escuta entre surpresa e emocionada o relato de sua mãe, Lúcia. “Engraçado, não me lembro de ter inventado essa história”, diz Joana. “Mas eu era muito pequena.” Ela era ainda menor quando perdeu o pai, no Rio de Janeiro. Tinha um ano e oito meses. Pouco depois, mudou-se para Porto Alegre, cidade da família materna, onde mora até hoje. Com a distância e o decorrer do tempo, os vínculos com a família paterna ficaram cada vez mais tênues. Joana, no entanto, tem uma imensa curiosidade sobre tudo o que diz respeito ao pai, Gustavo Buarque Schiller, e aos movimentos de resistência ao regime militar. De vez em quando, ela encontra uma nova peça para o quebra-cabeça que vem montando há tempos com a história do pai. Foi o que aconteceu durante entrevista à **Brasileiros**, que entregou a ela a cópia de um documento com pistas sobre a personalidade

de Gustavo, além da reprodução de 38 certificados escolares de Prêmio de Honra ameaçados por ele entre abril de 1958 e junho de 1965. Um deles mostra que, em maio de 1963, Gustavo ganhou o primeiro lugar em Francês, Inglês, Canto, Matemática, Ciências, História do Brasil, Geografia e Religião. “Essa parte de tirar primeiro lugar na escola ficou toda com ele. Não herdei nada”, brinca Joana.

Os papéis fazem parte do processo 38.358, do Superior Tribunal Militar, em Brasília. O documento que descreve Gustavo é um auto de inquirição de testemunha, lavrado em 15 de maio de 1970, na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Dona de um sorriso aberto e afeita a comentários espirituosos, Joana fica séria quando começa a ler em voz alta o depoimento do médico Eleuthério Brum Negreiros, que cuidava de Gustavo desde os 4 anos, por causa de uma asma brônquica. “Nunca soube que ele teve asma”, comenta Lúcia, interrompendo por um momento a leitura da filha. Convocado pela defesa de Gustavo, que havia sido preso dois meses antes, o médico atesta a “excelente moral” do garoto e diz acreditar na “bonita carreira” que ele teria pela frente.



FOTO: REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

LAÇOS DE FAMÍLIA
Gustavo com Joana, recém-nascida, em praia da cidade de Imbé, no Rio Grande do Sul



AFETO
Em Porto Alegre, Joana revê fotografias e documentos do pai, entre eles a carteira de identidade argentina falsa (acima) e o passaporte tirado por Gustavo depois da Lei de Anistia

TRÊS DÉCADAS APÓS O ROUBO DO COFRE, JOANA ESTEVE

No depoimento, o médico também conta que Gustavo tinha, desde muito cedo, grande preocupação com o mundo em que vivia. À medida que crescia, eles passaram a conversar sobre política. Em uma das últimas consultas, o médico achou as ideias do paciente “um pouco avançadas para um jovem, na época com 16 anos”, por se preocupar “sobretudo com a justiça social e o drama do Nordeste”. Gustavo não aceitou os argumentos de que os mais velhos tinham feito o que podiam para deixar aos jovens um mundo melhor. Garantiu que se o médico tivesse acompanhado o drama dos retirantes no livro *Seara Vermelha*, de Jorge Amado, e “visse matar o gatinho da criança para comer”, ele e a sua geração teriam feito “alguma coisa de mais positiva”. Na verdade,

Gustavo se referia à gata Marisca, que, no romance de Jorge Amado, foi sacrificada para aplacar a fome da família da menina Noca, que também morreu durante a fuga da seca.

Cofre camuflado

Joana, ainda muito compenetrada, termina de ler o testemunho do médico. “É meu pai, mas parece tão distante”, diz. “Pelo que me contam, ele tinha mesmo essa profunda inquietação, além de muita garra para atingir seus objetivos.” O fato é que Gustavo fez o que considerava correto, um ano e poucos meses depois da conversa relatada pelo médico. Aluno do ensino médio no Colégio Andrews, no bairro Humaitá, no Rio de Janeiro, Gustavo acionou seus contatos no movimento estudantil e chegou até o sociólogo

mineiro Juarez Guimarães de Brito, da organização clandestina VAR-Palmares, a mesma à qual pertencia a presidenta Dilma Rousseff. Revelou que na mansão em que vivia com a família, no bairro de Santa Teresa, tinha um cofre abarrotado de dólares. A fortuna, disse Gustavo a Juarez, era fruto de corrupção. Estava guardada em sua casa a pedido de Anna Benchimol Capriglione, amante do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros. Um dos irmãos de Anna, o cardiologista Aarão Bulamarqui Benchimol, era casado com Yole, tia materna de Gustavo, e também vivia na mansão. Gustavo revelou a existência de outros cofres, um deles guardado em Copacabana, no apartamento do irmão mais velho de Anna, o capitão de mar e guerra José Burlamarqui Benchimol.

NA MANSÃO QUE O PAI TROCOU PELA LUTA ARMADA

Pelas dificuldades logísticas em promover ações simultâneas, a guerrilha decidiu “expropriar” apenas o cofre da mansão de Santa Teresa. O minucioso planejamento da ação foi feito pelo sociólogo Juarez e incluiu conferir o croqui da propriedade, desenhado por Gustavo. Para lá foi despachado o secundarista Carlos Minc, atual secretário do Ambiente do Rio de Janeiro, como se estivesse fazendo uma pesquisa de opinião pública. Ele deveria observar cada detalhe do imóvel, enquanto simulava perguntas sobre a telenovela *Beto Rockfeller*, o grande sucesso da época. Na propriedade rodeada por árvores, construída no alto de uma colina, trabalhavam 11 empregados e viviam 12 integrantes da família. Por casualidade, Minc foi atendido justamente por Gustavo.

Como não sabia que a guerrilha tinha um informante dentro da casa, o falso pesquisador não entendeu nada quando aquele que considerava representante da mais alta burguesia desancou as novelas em geral, classificando-as como “alienantes do povo”. Apesar da surpresa, Minc saiu de lá com os detalhes básicos do croqui conferidos. Às 15h30 da sexta-feira 18 de julho de 1969, um comando com 13 guerrilheiros da VAR-Palmares começou a ação que entraria para a história como o mais espetacular roubo promovido pela luta armada no Brasil. Uma hora antes, Gustavo tinha mergulhado na clandestinidade. Seus pais acreditavam que ele saíra para passar o final de semana com amigos em Teresópolis, mas o secundarista se preparara para uma viagem muito mais demorada.

Sabendo que em algum momento a polícia iria em seu encalço, tratou de dificultar-lhe o trabalho. “Gustavo teve a preocupação de levar consigo todas as suas fotografias, inclusive as que estavam com sua mãe. Mais ou menos 15 dias antes do roubo, já distribuía suas roupas entre os empregados”, escreveu três meses depois o coronel Agrício de Faria Pimentel, no Inquérito Policial Militar que investigou o roubo. Treze guerrilheiros participaram diretamente da ação, mas apenas o sociólogo Juarez sabia do papel e da identidade de Gustavo. “Juarez só nos avisou que na mansão tinha uma ‘área próxima’. Era como nos referíamos naquela época às pessoas que ajudavam a organização”, lembra a socióloga Sonia Lafoz, que agora mora em Curitiba. Atiradora experiente,

ela integrou o grupo responsável pela segurança externa do roubo. Durante os 30 minutos que durou a ação, Sonia permaneceu em frente à propriedade, dentro de um Aero Willys Itamaraty branco com teto de vinil preto. Além de um fuzil FAL 765, ela tinha algumas granadas ao alcance da mão. Depois, enquanto parte do comando guerrilheiro se dispersava, Sonia, a bordo do Aero Willys, integrou a escolta da Veraneio Chevrolet C-14 cinza que levou o cofre de Santa Teresa para um esconderijo no Largo do Tanque, em Jacarepaguá.

Ninguém precisou dar nenhum tiro nem saiu machucado da ação. O único incidente ocorreu na descida do cofre de 350 kg pela escadaria externa de granito que liga o primeiro andar à parte térrea da propriedade. Sabendo que o cofre estava camuflado em um armário do andar superior, os guerrilheiros prepararam pranchas de madeira com conexões de aço pelas quais o cofre deveria ser baixado. A velocidade da descida seria controlada por meio de cordas, em um sistema de

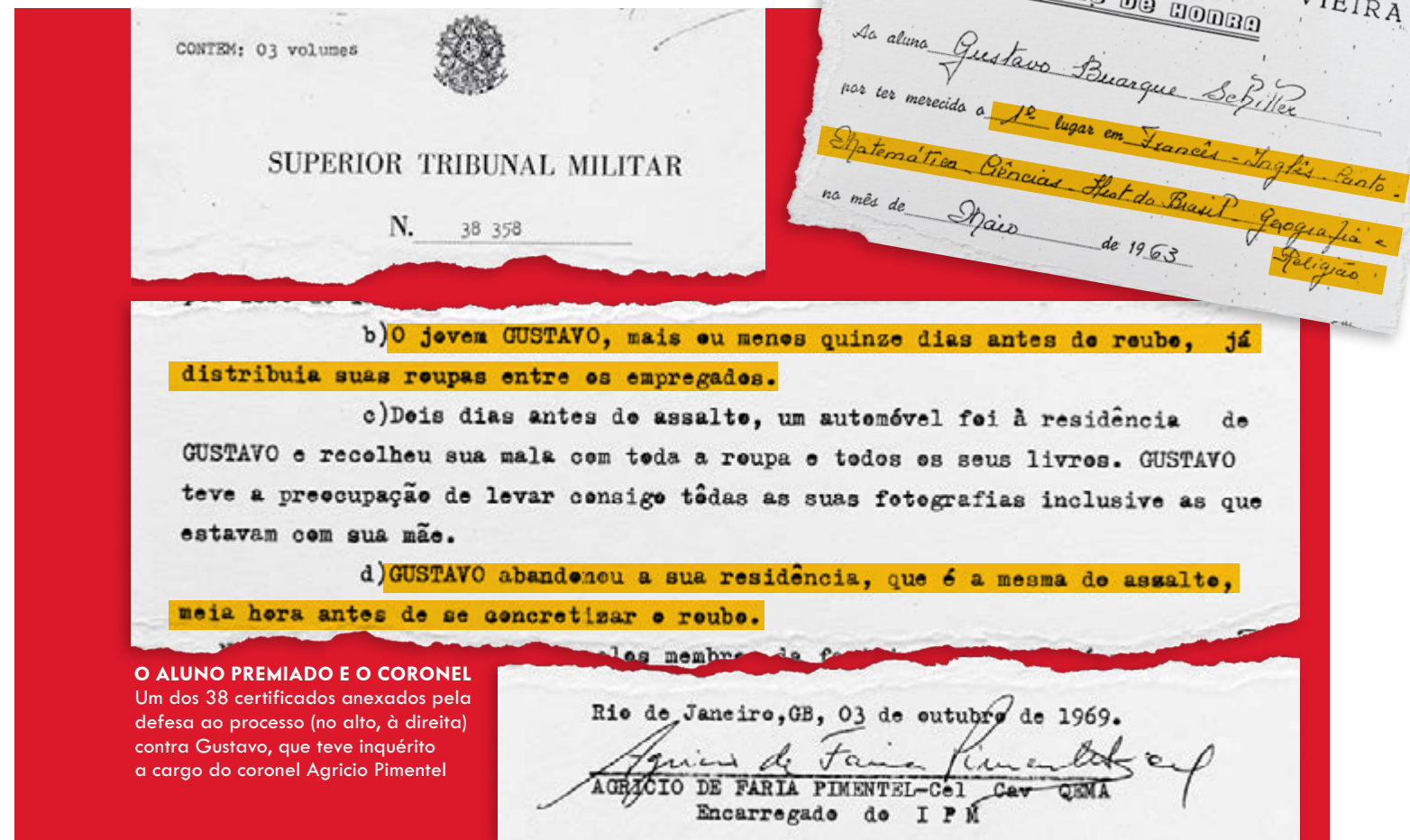
sobrenome de casada, Cooper, e vive em Auckland, na Nova Zelândia. Ela conta que a mansão de 1,8 mil m² de área construída, rodeada por 7 mil m² de jardins, foi erguida em 1914 por seu tataravô. Trata-se do português Antonio Ribeiro Seabra, que imigrou muito jovem para o Brasil pré-industrial e fez fortuna na fabricação têxtil. “Ele não era sofisticado. Vinha de uma família muito simples, mas apadrinhou o Belmiro, que o ajudou a adquirir a mobília, esculturas e quadros”, diz Sylvia, referindo-se ao pintor, escultor e caricaturista brasileiro Belmiro de Almeida (1858-1935).

Suíças postiças

Em julho de 1969, quando trocou a vida na mansão pela luta armada, Gustavo, pai de Joana e tio de Sylvia, foi direto para Porto Alegre. Pouco tempo antes, a guerrilha havia deslocado para a capital gaúcha o jornalista mineiro Cláudio Galeno Linhares, o Galeno, à época casado com Dilma Rousseff. De Manágua, na Nicarágua, onde vive

atualmente, Galeno conta que, na fase preparatória da ação, o sociólogo Juares o avisou que teria de “guardar” uma pessoa: “A situação do Gustavo era grave. Além da repressão política, havia uma máfia em torno do dinheiro de Adhemar de Barros. Assumi, assim, uma espécie de papel de irmão mais velho. Gustavo era um menino muito inteligente, brilhante mesmo, cheio de sonhos. Foi morar na mesma pensão que eu e o Pimentel (o ministro do Desenvolvimento Fernando Pimentel), na rua Alberto Bins. Era uma pensão de uma senhora italiana, um apartamento grande, com seis quartos. Moramos lá até outubro, novembro de 1969”.

No dia 1º de janeiro de 1970, Galeno integrou o comando guerrilheiro que sequestrou no ar um avião de passageiros, o Caravelle, da Cruzeiro do Sul, e o desviou para Cuba. Na época em que Galeno deixou o País, Gustavo vivia em uma casa clandestina da VAR-Palmares, em Porto Alegre. Nesse período, começou a namorar a bela Ignes Maria Serpa, uma estudante de Veterinária



GUSTAVO COMEÇOU A VIDA CLANDESTINA “GUARDADO”

roldanas. Na hora, o cofre despencou escada abaixo, estragando parte dos 20 degraus da escadaria.

Três décadas depois, Joana conferiu de perto o cenário do roubo, batizado pelos guerrilheiros como Ação Grande. Ela tinha 15 anos e viajou sozinha de Porto Alegre para o Rio de Janeiro. “Foi uma viagem de 28 horas, de ônibus. Eu não sabia o que esperar, mas sabia que seria importante, pois lá se encontrava um pedaço da minha vida”, diz. “Vi as marcas do cofre na escadaria e me lembro bem que pensei: ‘Que coragem teve o meu pai!’.” Joana também ficou impressionada com o imóvel: “É uma construção de deixar queixos caídos”. Durante cerca de dez dias, ela ficou hospedada em Santa Teresa com os tios e a prima Sylvia.

Sylvia agora também assina o



EXÍLIO
O pai de Joana em Paris, onde estudou Sociologia e Economia, e começou a escrever uma tese de doutorado

POR GALENO, O PRIMEIRO MARIDO DE DILMA ROUSSEFF

que pertencia à mesma organização e tinha sido namorada de Galeno. “Eu não sabia que o Galeno era casado”, trata de esclarecer Ignes, logo no começo de sua entrevista à **Brasileiros**. Nos tempos em que a vida corria por um fio devido à repressão política, as relações eram mesmo intensas e nem sempre sobreviviam às duras condições da clandestinidade. Àquela altura, Galeno já estava na prática separado de Dilma, com quem se casara no civil em Belo Horizonte, em setembro de 1967. Dilma, por sua vez, já havia conhecido no Rio de Janeiro seu futuro segundo marido, com quem ficou casada quase três décadas, o advogado Carlos Franklin da Paixão Araújo, pai de sua filha, Paula.

Junto com Ignes, Gustavo participou de vários treinamentos de guerrilha nas

imediações da Lagoa dos Patos, a 20 km de Porto Alegre. Com as organizações de resistência ao regime esfaceladas pela repressão, o pai de Joana havia assumido aos 18 anos o comando de operações da VAR-Palmares no Rio Grande do Sul. Conhecido entre os companheiros de organização como disciplinado e responsável, tinha o apelido de Bicho. “Ele era magro e alto, com visual hiponga. Andava de sandálias franciscanas, jeans meio frouxos e usava os cabelos compridos. Lia muito e, nas reuniões, se destacava pelas análises de conjuntura.”

Gustavo cortou os cabelos no estilo militar e usou suíças postiças para colocar em prática os treinamentos feitos à beira da Lagoa dos Patos. Vestido como um sargento da Brigada Militar, ele participou de um assalto

à agência do Banco do Brasil em Vião, na Grande Porto Alegre, no dia 18 de março de 1970. “Ele levava um revólver 38 dentro do jornal que carregava dobrado. Eu tinha uma Beretta calibre 22 na bolsa. Como combinado, eu o abordei bem em frente à entrada do banco, pedindo uma informação. Quando nos viramos para o segurança da agência, o soldado bateu continência para o Gustavo. Mas logo viu as duas armas e se rendeu”, relata Ignes. Se a rendição deu certo, o mesmo não se pode dizer sobre o produto do assalto. Eram 12h30, o gerente tinha ido almoçar em casa e levado a chave do cofre. Os guerrilheiros saíram da agência apenas com o dinheiro que estava nos caixas.

Doze dias depois, Gustavo foi preso. Preocupado com a família do caseiro



OS DONOS DO COFRE
Adhemar de Barros e a amante, Anna Capriglione, irmã do marido de um tia de Gustavo

PRESO EM PORTO ALEGRE, GUSTAVO FOI LEVADO PARA O RIO.

de um sítio na região rural de Porto Alegre, ele foi à propriedade para levar mantimentos e dinheiro. Afinal, o caseiro tinha sido preso pelo simples fato de trabalhar no sítio onde se escondia um integrante da VAR-Palmares. “É óbvio que, tão logo o Gustavo saiu do sítio, a mulher do caseiro avisou a polícia”, afirma Ignes. Ela foi presa na sequência: “Antes de começarem a me torturar, eles trouxeram o Gustavo. Ele estava todo arrebatado, desfigurado mesmo, cheio de hematomas. Mas olhou firme para mim e não moveu nenhum músculo, como se não me conhecesse.” Como de praxe na clandestinidade, Gustavo não tinha revelado sua verdadeira identidade para Ignes, nem falado sobre o roubo do cofre. No primeiro momento, o braço gaúcho da repressão também não

conhecia a origem do guerrilheiro com sotaque carioca. Poucos dias depois, uma tentativa desastrosa de sequestrar o cônsul americano em Porto Alegre culminou em uma sucessão de prisões. Todo mundo acabou identificado. Ignes conta que o sequestro do cônsul ainda estava em fase de planejamento ao ser desencadeado: “A ação foi antecipada justamente para resgatar o Gustavo”.

Crime impossível

Com a identificação, Gustavo foi transferido para o Rio de Janeiro, onde chegou com dificuldades para respirar, devido ao nariz quebrado na tortura. Só mais tarde, no exílio, ele se submeteria a uma cirurgia plástica para corrigir o problema. A mudança de cárcere não aliviou a tortura, mas reaproximou Gustavo da família. Seus

pais, Yedda e Sylvio, jamais criticaram o fato de ele ter ajudado a promover um assalto à própria casa. “Meu pai repetia sempre que o Gustavo tinha um ideal”, lembra o advogado Bernardo Buarque Schiller, um dos irmãos de Gustavo. Na época, Bernardo achou a atitude do irmão “inconcebível”, pois havia colocado em risco a família. Alguém poderia ter se ferido ou até mesmo morrido, se tivesse ocorrido um imprevisto. “Guerra é guerra”, argumentava o seu pai, que junto com a mulher Yedda, convocou o jurista Antonio Evaristo de Moraes Filho para defender o filho guerrilheiro. Foi esse conceituado jurista quem anexou aos autos do processo as cópias de prêmios escolares de Gustavo que a **Brasileiros** entregou à Joana. Ele também indicou como testemunha o médico que relatou



VOLTA AO BRASIL
A casa que Gustavo construiu na ilha do Marajó, no Pará, e o barco Utopia



A TORTURA CONTINUOU, MAS ELE FICOU PERTO DA FAMÍLIA

a preocupação de seu paciente com a injustiça social.

No processo, Evaristo de Moraes adotou como linha de defesa a tese de “crime impossível”. Usou como base o fato de a antiga amante de Adhemar de Barros garantir em depoimento que o cofre estava vazio. Gustavo também jamais vira o dinheiro, só sabia dele por comentários da própria família. Um dos sargentos que desertou do Exército para aderir à guerrilha e atuou no roubo, desmente a versão de Anna. Ele ainda se lembra da alegria que sentiram ao abrir o cofre. “Eram maços e mais maços de dólares. Tinha até quatro cédulas raras, de US\$ 1 mil, que eu nunca tinha visto antes, nem nunca mais voltei a ver”, afirma José de Araújo Nóbrega.

Condenado a dois anos de prisão,

Gustavo acabou libertado e banido do Brasil antes de cumprir toda a pena. Em 13 de janeiro de 1971, ele decolou do Aeroporto do Galeão no Boeing 707 da Varig que levou para o Chile 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher, que havia sido sequestrado pela guerrilha. “Uma vez eu fui apresentado ao Gustavo em Santiago do Chile, mas foi um encontro rápido”, conta Nóbrega. No período em que viveu em Santiago, Gustavo não se conformava com a ideia de que a guerrilha estava quase aniquilada e a ditadura, cada vez mais forte no Brasil. Nos anos seguintes, insistiu em voltar a atuar contra o regime militar.

A tentativa de resistência de Gustavo chegou à Joana por meio de uma figura singular. Em meados de agosto

de 2011, ela foi convidada, junto com a mãe, para almoçar na casa de um antigo companheiro do pai, João Carlos Bona Garcia, o único ex-presos político brasileiro mais tarde nomeado juiz de um Tribunal de Justiça Militar. Bona Garcia organizara o almoço em sua ampla residência no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, para que Joana conhecesse o homem que foi um segundo pai para Gustavo no exílio. “Era o Gringo. Ele soube que eu existia e veio da Argentina me conhecer. Um senhor de idade, um camponês forte, com mãos calejadas. Um senhor que me abraçava como um avô abraça uma neta e não parava de chorar”, recorda Joana, emocionada. “Sempre que descubro ou me contam um pedaço da vida de meu pai é como se uma peça de um quebra-cabeça infinito se encaixasse.

Nesse processo, o momento mais lindo foi quando conheci o Gringo e soube da relação dele com o meu pai.”

O Gringo é o italiano Roberto De Fortini, que chegou ao Brasil aos 13 anos, em 1948. Começou a militância política quando trabalhava como operário. No final dos anos 1960, foi encarregado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de cuidar da logística da organização na fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Como fachada, Gringo montou uma empresa de pesca à beira do rio Uruguai, em um lugar chamado Barra do Turvo, a 15 km da cidade de Esperança do Sul (RS). Ao mesmo tempo que a empresa e seus caminhões frigoríficos operavam normalmente, o proprietário tratava de providenciar documentos e armas para a organização de resistência ao regime militar. O plano da VPR de montar uma área de guerrilha na região desmoronou com a prisão da maioria de seus integrantes, inclusive o Gringo, mas ele não desistiu da ideia.

Nuñes Montero: “Para a Argentina, o meu pai não morreu. O Gringo disse que, em todas as eleições, verifica e o nome do Osorio continua lá, na lista eleitoral.”

Manifesto Utópico

Na mesma caixa dos documentos falsificados, Joana guarda documentação autêntica de Gustavo como estudante da Universidade de Paris X-Nanterre, na capital francesa. Lá, estudou Sociologia e Economia. No mesmo período, casou-se com uma professora de piano, a francesa Nicolette Van Der Linden. Em 1980, depois da aprovação da Lei da Anistia, Gustavo fez uma longa viagem com Nicolette pelo Brasil. Ficou encantado com a ilha do Marajó, no Pará. Dois anos depois, a relação do casal estava chegando ao fim quando Gustavo conheceu Lúcia, a mãe de Joana. Gaúcha de Porto Alegre, Lúcia tinha chegado a Paris havia dez dias, para fazer um curso de francês. Não tinha nenhum envolvimento com política, mas logo se enturmou na comuni-

sonhava em levar o desenvolvimento para a ilha: “Ele queria fazer de Marajó uma economia próspera, adequada às vocações locais”. Embora passasse horas a fio lendo e escrevendo a tese, Gustavo ficou muito próximo dos moradores da ilha. Comprou um barco, que batizou de Utopia, e começou a construir uma casa. “Ele fez cinco quartos, pois queria ter quatro filhos”, lembra Lúcia.

Quando Joana estava para nascer, o casal foi para Porto Alegre, para Lúcia dar a luz perto da sua família. Com o bebê, de volta à ilha do Marajó, as condições inóspitas da região começaram a pesar, ao mesmo tempo que acabava o dinheiro da herança. Joana tinha 10 meses, em outubro de 1984, quando Gustavo deu o barco Utopia a um pescador ao qual se afeiçoara, vendeu a casa, e mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Além de continuar escrevendo a tese, fazia uma pesquisa sobre o Estaleiro Mauá para um livro encomendado pela companhia, mas tinha poucas perspectivas pela frente.



DOIS TEMPOS

Joana com os pais na ilha do Marajó, em 1984, e em Porto Alegre, com a mãe, Lúcia, dona dos Lhasa Apso Puppy e Vicky



QUANDO A AMIGA DE GUSTAVO ENTROU NO QUARTO ONDE

Banido do Brasil no mesmo voo que Gustavo, Gringo entrou com identidade falsa na Argentina já dominada pela linha dura militar e comprou terras em Aristóbulo del Valle, na província de Misiones. Seu plano ainda era montar a área de treinamento, experiência que Gustavo compartilhou no mais absoluto segredo por um longo período. Com a aniquilação da guerrilha no Brasil, Gustavo decidiu retomar os estudos, em Paris. Gringo continua a viver em Aristóbulo del Valle, ainda com identidade falsa. “O encontro da Joana com o Gringo foi muito tocante, quase como encontrar um avô perdido”, diz Bona Garcia. Joana, por sua vez, entendeu por que entre os documentos do pai havia uma carteira de identidade argentina, com sua fotografia, mas o nome Osorio

dade brasileira. “Fui a uma festa em comemoração a um casamento gay. Era na casa de um francês, que estava se unindo a um brasileiro. Na festa, conheci Gustavo e não nos separamos mais”, conta Lúcia.

Com uma tese de doutorado em Economia para redigir, Gustavo decidiu voltar com Lúcia para o Brasil, em setembro de 1982. Nessa época, já preocupava os amigos pelo excessivo consumo de álcool. Como tinha investido a herança deixada por sua mãe, falecida em 1978, ele podia se dedicar à tese e a seus próprios projetos. Não tinha dúvida de que o melhor lugar do País era a ilha do Marajó. O jornalista Galeno, que o acolheu em Porto Alegre logo depois do roubo do cofre do Adhemar, conta que Gustavo

O hábito de beber, cultivado na França, havia se aguçado na ilha, onde tomava cachaça com os pescadores.

Em 1885, no sábado dia 21 de setembro, Gustavo saiu com Lúcia e duas amigas. Joana ficou no apartamento dos pais de uma das amigas de Gustavo, Regina Xexéo, que no passado também integrara as fileiras da VAR-Palmares. Regina conta que tinha o costume de deixar a filha com os seus pais para sair à noite: “Naquele sábado, ficaram a Joana, a minha filha e os filhos do meu irmão”. O grupo circulou por bares e casas noturnas nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas. Gustavo bebeu muito, mas Regina só estranhou o comportamento do amigo quando, no começo da madrugada, ele perguntou se ela já tinha perdoado os

JOANA DORMIA, SÓ VIU A CORTINA DA JANELA BALANÇANDO

seus torturadores: “Respondi que nunca iria perdoar, que queria saber quem foi e queria punição. Achei um mau sinal quando o Gustavo disse que já tinha perdoado os seus torturadores”.

No retorno à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, onde estavam as crianças, Gustavo mal esperou a outra amiga, Rosa, estacionar. Desceu rapidamente do carro. Regina conseguiu alcançá-lo no elevador. Já no apartamento, ele foi direto para o quarto onde dormiam Joana, então com um ano e oito meses, e as outras crianças. “Quando entrei no quarto, só vi a cortina balançando. Ele já tinha pulado”, recorda Regina. Era madrugada do domingo que Gustavo combinara com Galeno para ambos levarem à praia, no Leme. “Passei muito tempo remoendo

a culpa de não ter me dedicado mais ao Gustavo naquele período”, confidencia Galeno, à época responsável pela comunicação da Secretaria do Planejamento do Rio de Janeiro, no primeiro governo Leonel Brizola.

Quem não conviveu com Gustavo nos seus últimos anos de vida tem dificuldade em aceitar a forma como ele morreu. Gringo é uma dessas pessoas. “Ele tinha convicção de que haviam matado o Gustavo. Por isso, localizei a mulher que viveu com o Bicho até o final”, diz Bona Garcia, o anfitrião do almoço em que Joana conheceu o Gringo. No quebra-cabeça sobre a história de seu pai, ela agora quer encontrar o Gustavo, como ele intitulara a tese de doutorado. “Tinha 400 páginas, fomos emprestando para um,

para outro, e acabamos perdendo. Ele escrevia à mão, com uma letra bem miúda. Não consegui passar da página 60, mas tentei ler aos 16 anos. Não tinha nem paciência nem maturidade”, conta Joana, que trabalha na gerência de uma rede de academias em Porto Alegre. “Tenho um orgulho gigante de ser filha de quem sou, mas uma imensa tristeza de saber que fui proibida de conviver com esse cara que todos admiram e sentem falta por causa dos caminhos que a política seguiu.” Ela conta ainda que também se orgulha muito da mãe, que trabalha como taquígrafa, e teve de batalhar para muito criá-la, ainda que com o apoio de seus avós maternos. Não por acaso, misturando os termos pai e mãe, Joana costuma chamar Lúcia de “pãe”. **I**



IMAGEM RASGADA

Por uma questão de segurança, Soledad, a mãe de Ñasaindy, cortou a única fotografia que a filha tinha com o pai, José Maria

Nesta foto TINHIA UM PAI

Como Ñasaindy Barrett de Araújo superou um ciclo iniciado em Cuba, onde seus pais a deixaram, antes de serem mortos no Brasil. Criada pela operária Damaris Lucena, Ñasaindy tinha 11 anos quando chegou a São Paulo com documentos falsos. Levou outros 16 anos para sair da clandestinidade

por LUIZA VILLAMÉA

Nasaindy em guarani significa “luz da Lua”. Ñasaindy Barrett de Araújo recebeu o exótico nome dos pais, Soledad Barrett Viedma e José Maria Ferreira de Araújo. Hoje resplandecente, ela passou boa parte da vida em fase de Lua Nova, aquela em que o satélite não reflete a luz do Sol nem pode ser visto da Terra. De seus 44 anos, Ñasaindy viveu mais de 16 na clandestinidade. Ela tinha apenas 1 ano e 8 meses quando foi deixada em Havana, aos cuidados da operária e ativista política brasileira Damaris Lucena, que estava exilada na ilha com três filhos – Denise, Adilson e Telma. O tempo passou e os pais de Ñasaindy jamais voltaram do Brasil. Em momentos diferentes, ambos foram mortos pela repressão à luta armada, assim como havia sido o marido de Damaris. Com a Anistia, a operária custou para arquitetar um retorno ao País que incluísse Ñasaindy. A solução possível envolveu documentos falsos. Assim, a filha de Soledad e José Maria desembarcou com outro sobrenome em 25 de abril de 1980, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Tinha 11 anos e não passou despercebida pela polícia política que monitorava Damaris.

De plantão em Congonhas, o delegado José Ricardo Soares despachou no mesmo dia um telex para Romeu Tuma, diretor do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). O delegado avisou que a operária tinha chegado no voo RG 871 da Varig em companhia de quatro filhos, a começar por Nasandy de Oliveira Lucena (com grafia errada do nome e o sobrenome de Damaris). Os dados foram transcritos em uma ficha remissiva da polícia. No telex, o delegado deu mais detalhes. “Informo que os referidos passageiros trouxeram quatro caixas com livros ideológicos e foram recebidos por grande comitiva, inclusive Ariston de Oliveira Lucena”, escreveu, referindo-se ao filho mais velho de Damaris, que tivera uma pena de morte comutada para prisão e passara na cadeia quase todos os anos que

a mãe e os irmãos estiveram em Cuba. Para Ñasaindy, Ariston era o irmão que faltava conhecer, pois considerava – e ainda considera – Damaris como mãe. Só dois anos depois ela conheceu a família paterna de sangue. E passaram-se outros 14 para que começasse a existir legalmente no Brasil.

Dos tempos de bebê, Ñasaindy só tem uma fotografia com o pai. Na imagem, aparecem parte do rosto de José Maria e suas mãos enlaçando a filha. “A Soledad rasgou a foto, por uma questão de segurança”, diz Ñasaindy. “Mesmo em Cuba, já se desconfiava que existiam infiltrados entre os brasileiros.” Junto com Soledad, Ñasaindy não tem nenhuma fotografia. De origem distinta, mas unidos por ideais comuns, Soledad e José Maria se conheceram na ilha, onde Ñasaindy nasceu, em 4 de abril de 1969. Em junho do ano seguinte, José Maria decidiu voltar para o Brasil, para se alinhar à guerrilha contra o regime militar. Antes, ele telefonou para se despedir de Damaris, que conhecia de reuniões em São Paulo. “Nesse telefonema, ele pediu que a Damaris olhasse por mim”, conta Ñasaindy.

Naquela altura, José Maria era considerado pela Marinha como um “ex-militar”. Seus vínculos com a Força começaram ainda nos tempos de criança, quando ele morava com os pais e dez irmãos na cidade de Santa Luzia (PB). “Ele era um entusiasta pelo mar. Entrar para a Marinha sempre foi o sonho dele. Assim que terminou o antigo grupo primário, começou a estudar na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará. Em seguida, foi para o Rio de Janeiro”, lembra um de seus irmãos mais novos, Paulo Maria Ferreira de Araújo, professor da Universidade de Campinas (Unicamp). Incorporado, José Maria vivia em um navio. Não demorou a engrossar a fileira dos marinheiros que reivindicavam o direito de se reunir, morar fora de navios e poder contrair matrimônio. Em 1962, José Maria estava entre os fundadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal pelas Forças Armadas.

JOSÉ MARIA, QUE REALIZOU O SONHO DE CRIANÇA DE SER

Dois anos mais tarde, de fevereiro para março de 1964, visitou pela última vez a casa dos pais, onde posou para uma fotografia em uma Lambretta. “Ele estudava muito. Aliás, a maior parte da bagagem dele era de livros. Eu era sete anos mais novo. Fiquei fascinado”, conta Paulo. “Pelas restrições da época, também fiquei curioso em relação aos livros. Morava em uma cidade pequena, onde ler Marx e Hegel era como comer ciancinha.” Nas conversas com a família, o futuro pai de Ñasaindy falou sobre a noiva, Iracema, que morava no Rio. No dia 20 de março, o marinheiro foi chamado por companheiros da associação que ajudara a fundar e se reunia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio.

Anistiado por Goulart

Cinco dias depois, aconteceu a Revolta dos Marinheiros, como ficou conhecida a resistência a uma ordem de prisão determinada pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Mesmo proibidos de comemorar o aniversário de dois anos da associação, mais de dois mil marinheiros e fuzileiros navais tinham se reunido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. O destacamento de fuzileiros navais enviado para prender os organizadores do encontro acabou aderindo ao movimento, com o apoio de seu comandante, o contra-almirante Cândido Aragão.

Na sequência, o presidente João Goulart proibiu a invasão do sindicato, o que fez o ministro da Marinha se demitir. Os manifestantes passaram por uma detenção simbólica, de poucas horas, e foram anistiados por Goulart. O episódio ajudou a aprofundar a crise entre as Forças Armadas e o governo federal, além de dar projeção a uma

figura que mais tarde marcaria a vida de Ñasaindy: o Cabo Anselmo, como ficou conhecido o líder do movimento, José Anselmo dos Santos, que jamais passou de marinheiro.

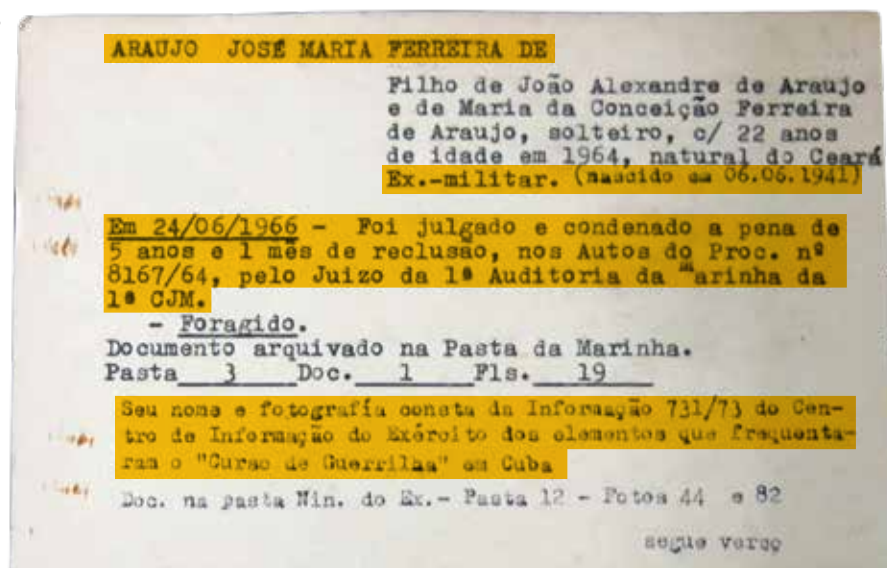
José Maria escapou da prisão na revolta militar, mas acabou atrás das grades 15 dias depois do Golpe de 1964. Com um processo em andamento, foi libertado após sete meses, chegou a trabalhar como metalúrgico, mas acabou

Paulo, José Maria, assim como Cabo Anselmo, fizeram um curso de guerrilha em Cuba, em maio e junho do ano seguinte.

Ñasaindy acredita que Soledad e José Maria se conheceram em Santiago de Cuba, cidade da parte leste da ilha: “Um dos meus tios maternos, Alberto, me contou que eles estavam lá com outras pessoas da família. Soledad ensinava o idioma guarani para alguns

FICHA DO DEOPS

O pai de Ñasaindy foi condenado a mais de cinco anos de prisão por sua atuação na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais

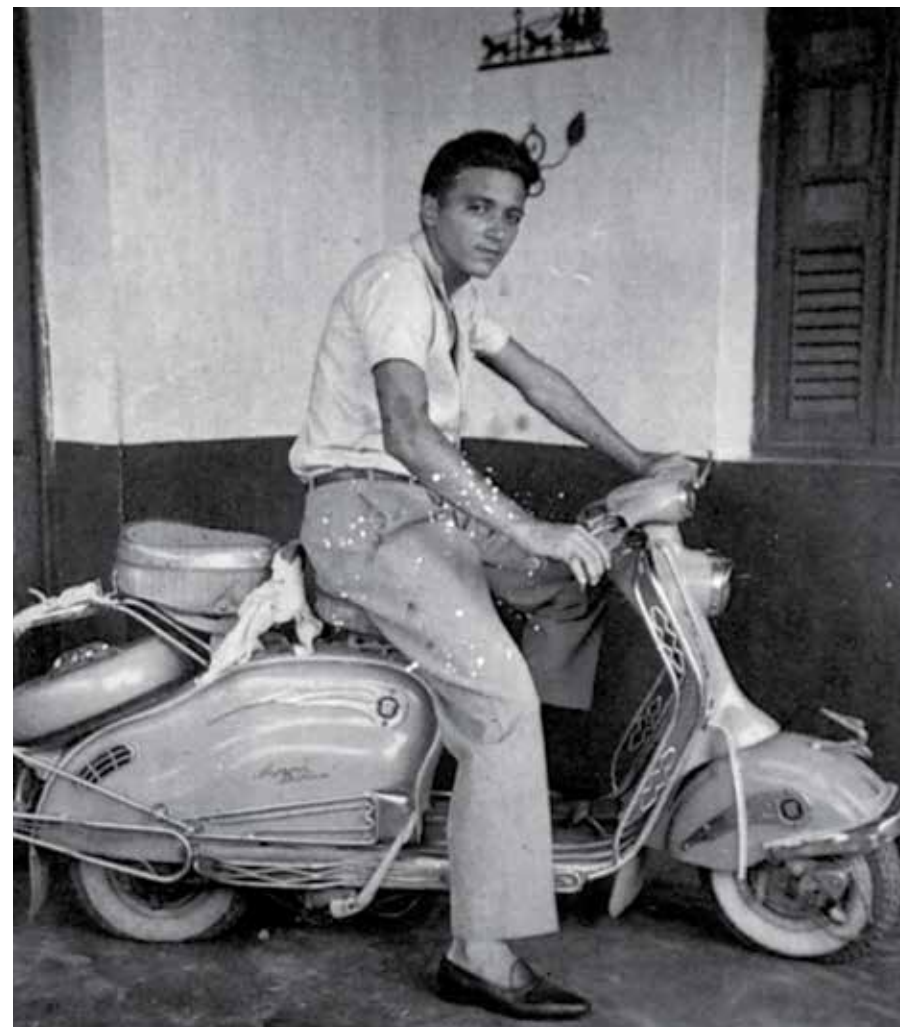


partindo para a clandestinidade. Entre março e abril de 1966, mandou uma carta para a família. “Dizia que não escreveria mais, para a segurança de todos, e que teria de sumir, de sair do País. Nesta carta, a última que recebemos, ele assinava como Miguel”, recorda seu irmão Paulo. “A noiva do José Maria, que se correspondia com minha mãe, não tinha notícias dele havia meses.” Julgado à revelia por ter ajudado a fundar a associação, José Maria foi condenado a cinco anos e um mês de prisão em junho de 1966. De acordo com documentos do Exército localizados pela **Brasileiros** no Arquivo Público do Estado de São

camponeses e retornava sozinha à noite, pela mata. Meu pai então se ofereceu para acompanhá-la e, nesse processo, eles se apaixonaram”. Na época, Cuba era o destino de latino-americanos fugindo de perseguição política em seus países. Como José Maria, muitos brasileiros chegavam à ilha para participar de treinamentos de guerrilha. Predominava entre parte da esquerda brasileira a teoria do foquismo, inspirada no argentino Ernesto Che Guevara e desenvolvida pelo teórico francês Régis Debray. A ideia era criar focos de revolução no País, por meio de ações armadas, até que o movimento se alastrasse, provocando a derrocada

FOTO: FUNDO DEOPS - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MARINHEIRO, FOI PRESO LOGO DEPOIS DO GOLPE DE 1964



ÚLTIMA VISITA

Dias antes da Revolta dos Marinheiros, em março de 1964, José Maria visitou a família, no interior da Paraíba. Nunca mais voltou

Suástica

Aos 17 anos, ela se tornou alvo de um atentado quando a família morava em Montevidéu, no Uruguai governado por um Conselho Nacional que abolira o cargo de presidente. Na noite de 1º de julho de 1962, no auge de uma série de atentados a comunistas e judeus, Soledad foi sequestrada por quatro homens. Enquanto circulavam de carro pela cidade, os sequestradores não pouparam golpes na tentativa de obrigá-la a repetir frases de louvor a Adolf Hitler. Antes de libertá-la, um último ataque: com canivete, gravaram duas suásticas nazistas nas pernas de Soledad. Fotografias das marcas hoje integram o acervo do Museu da Memória do Uruguai. Damaris, a operária brasileira que anos depois assumiria Ñasaindy como filha, lembra que Soledad não costumava exibir as suásticas: “Eu nunca vi, mas sabia que existiam”.

Depois que José Maria deixou Cuba para voltar ao Brasil, Soledad e Ñasaindy foram morar com Damaris. a menina passava a maior parte do tempo com Damaris. “Soledad trabalhava na

do regime. Nesse contexto, e sabendo que o serviço de inteligência americano, a CIA, ainda operava na ilha, havia muitos subterfúgios. Tanto que, além da certidão de nascimento original, Soledad providenciou um documento falso para a bebê, com o nome Ñasaindy Sosa Del Sol. A trajetória de Soledad – e de sua família – também ajudam a explicar este tipo de medida.

Neta do escritor e filósofo espanhol Rafael Barrett (1876-1910), Soledad nasceu no Paraguai, onde o avô desenvolveu parte essencial de sua produção literária. As posições anarquistas de Rafael Barrett eram conhecidas, mas ele estava morto havia muito tempo

FOTO: REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

quando o general Alfredo Stroessner inaugurou uma ditadura de 35 anos no Paraguai. Os pais de Soledad, por sua vez, eram militantes políticos antes mesmo de Stroessner tomar o poder, em 1954. Com frequência, mudavam de um país a outro para escapar de problemas políticos. Onde chegavam, a pequena Soledad se destacava. “Ela era uma criatura formosa, de cabelos cor de ouro, macios e longos, pele branca e sobranceiras de cor castanha escuro quase negra”, registrou em depoimento sua irmã Nanny, já falecida. À medida que crescia, Soledad também passou a se destacar em manifestações políticas.

rádio Habana Cuba. Além disso, era militante, participava de reuniões, de congressos”, explica Ñasaindy. “Damaris tinha chegado havia menos de um ano, passado por várias cirurgias para se recuperar da tortura. Estava em estado de repouso, embora com três filhos pequenos e uma agregada. Tinha ainda o Ariston, o filho mais velho, preso no Brasil. Ela se preocupava com o destino dele.” Para os filhos menores de Damaris, a chegada de Ñasaindy foi uma festa. “Ela era uma boneca. A gente adorava brincar com ela”, diz Telma.

Damaris também se apegou à menina que mal andava, mas já batia na porta de seu quarto, pedindo para entrar,

NETA DO ESCRITOR ESPANHOL RAFAEL BARRETT, SOLEDAD



EM ONDAS CURTAS
Com o nome de Lourdes del Sol, Soledad trabalhava como redatora na Rádio Habana Cuba quando Nasaindy era bebê

mesmo quando Soledad estava em casa. E, como lembrou Nasaindy, a operária se recuperava de uma sucessão de tragédias. Militante política experimentada, junto com o marido, Antônio Raymundo Lucena, Damaris havia trocado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela luta armada. O casal integrava a linha de frente da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No meio de uma tarde de fevereiro de 1970, ela estava com a caçula Telma no colo, alfabetizando os gêmeos Denise e Adilson na sala, quando sua casa no Jardim das Cerejeiras, na cidade paulista de Atibaia, foi cercada pela polícia. Lucena abriu a porta e saiu. Estava armado.

Ninguém sabe ao certo o número de disparos feitos. “Fui o primeiro a sair para o quintal. Meu pai estava deitado ao lado do tanque, todo ensanguentado. Um miliciano chegou e deu um tiro de misericórdia na cabeça dele”, conta Adilson. “Depois, eles encurralaram a gente dentro de casa e ficaram discutindo se matavam ou não. Mais

tarde chegou o capitão Mauricio Lopes Lima, da Operação Bandeirantes. Minha mãe começou a ser torturada ali mesmo, na frente da gente. Já era noite quando fomos para a delegacia. Estava tudo cercado pelo Exército. Levaram a Damaris embora e deixaram meus irmãos e eu num orfanato de Atibaia chamado Lar das Mariquinhas.” Nos dias seguintes, Adilson foi tirado duas vezes do orfanato e levado à casa onde morara: “Estava tudo revirado. Eles cismaram com um buraco que tinha no quintal, onde a gente queimava o lixo. Queriam saber para que servia”.

No sofá do DEOPS

A casa do Jardim das Cerejeiras, na verdade, funcionava como um depósito da VPR. Afinal, Lucena era o armeiro da organização. Sob sua guarda a polícia encontrou um arsenal pesado, com 52 armas de fogo, entre elas dez fuzis FAL calibre 7,62 e quatro metralhadoras INA. Encontrou também grande quantidade de equipamentos médicos-cirúrgicos, que seriam usados na

montagem de uma unidade médica. O material apreendido foi descrito em minúcia nos autos policiais, exceto os valores em papel moeda. “Tinha uma sacola com muito dinheiro da organização”, lembra até hoje Damaris. O certo é que a operária estava sem nenhum tostão quando foi banida do País com os três filhos, em troca do cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, que havia sido sequestrado.

Como tinha ficado menstruada na sede da OBAN, a roupa de Damaris estava imunda. No sábado 14 de março de 1970, ao se preparar para embarcar em um Caravelle da Cruzeiro do Sul em direção ao México, ela ganhou roupas da socióloga Eliana Rollemberg, com quem dividia cela. Seus três filhos menores tinham sido levados para a sede do DEOPS, onde foram fotografados em um sofá do andar da diretoria. A imagem encontra-se no acervo da polícia, no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Telma, a filha mais nova de Damaris, se recorda bem da situação, pois ganhou um boneco do

SEGUIU DESDE PEQUENA A ATUAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA

capitão Mauricio, que integra a relação de torturadores do projeto Brasil: Nunca Mais. “O boneco que ele me deu era cor de rosa, de plástico, cheio de balinhas. Denise, minha irmã mais velha, jogou todas as balas fora, com medo de que estivessem envenenadas”, lembra Telma.

Após serem fotografadas, as crianças foram reunidas à mãe, pela primeira vez depois do cerco à casa de Atibaia. Damaris ainda trazia marcas da tortura. Seu filho Adilson conta que as roupas de Damaris eram mais curtas do que as habituais: “E ela estava sem calcinha. A dela tinha ficado imprestável. Passou a viagem inteira preocupada, segurando a saia”. Poucos dias depois de desembarcar no México, eles seguiram para Cuba. Na

ilha, Damaris reencontrou José Maria, soube que ele era pai de Nasaindy, e prometeu cuidar da menina quando o marinheiro apostou na volta ao Brasil, em junho daquele mesmo ano.

Segredos no porão

José Maria foi preso três meses depois em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Entre os presos políticos que o viram sob tortura nas dependências de um órgão vinculado ao Exército, o DOI-CODI de São Paulo, estava Ariston, o filho mais velho que Damaris deixara no Brasil. Ariston, que faleceu de problemas cardíacos agora em maio de 2013, costumava relatar que o marinheiro chegou a conversar com ele, mas não comentou nada sobre a filha deixada em Cuba. Nos porões do

regime, ninguém falava sobre a vida pessoal. E aqueles dois tinham motivos de sobra para guardar seus segredos. A prisão de José Maria não estava legalizada. Ariston, com apenas 17 anos, tinha escapado de um centro de treinamento no Vale do Ribeira com Carlos Lamarca, o capitão que desertou do Exército para aderir à luta armada. Na fuga, os guerrilheiros mataram um tenente da Polícia Militar, o que acabou valendo a Ariston uma sentença de morte, mais tarde comutada para prisão.

Enquanto isso, em Cuba, a pequena Nasaindy continuava cada vez mais sob os cuidados de Damaris. “Não sei se é lembrança ou uma cena imaginada, mas me recordo de estar no colo da Damaris, olhando para a Soledad.



A CAMINHO DO BRASIL
Soledad, de óculos, com a irmã Nanny, no Chile, em 1971, quando se preparava para implantar um núcleo de guerrilha no Nordeste

FOTOS: REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

ÑASAINDY VIVIA EM HAVANA COM DAMARIS E OS FILHOS



FOTO: CELSO IMPERATRICE

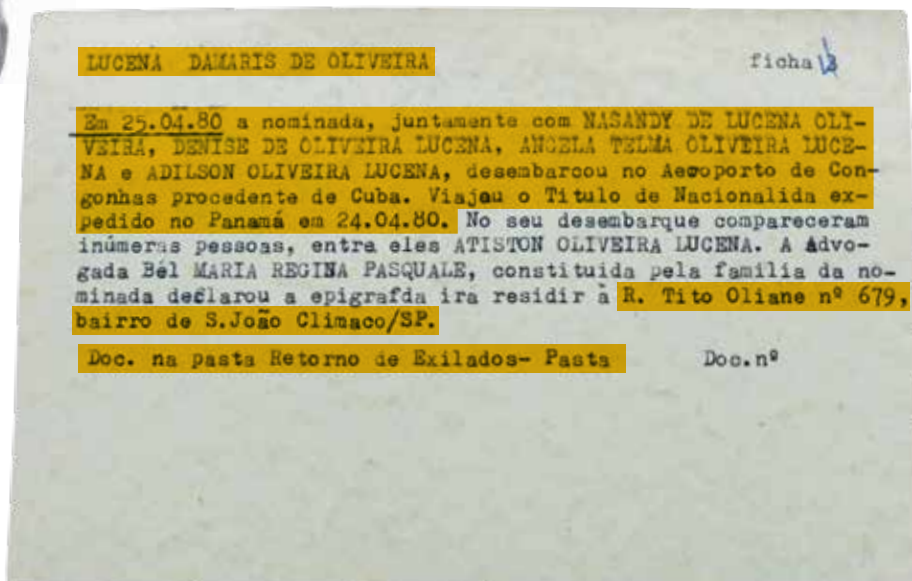
MÃE E MILITANTE

Damaris, hoje com 86 anos, criou Ñasaindy desde que ela estava com 1 ano e 8 meses.

Figura histórica da resistência à ditadura, ela foi presa, fichada e torturada após o cerco policial que culminou com a morte de seu marido, Antônio Raymundo Lucena



DAMARIS OLIVEIRA LUCENA



Mesmo muito pequena, talvez eu tenha percebido que ela estava indo embora”, diz Ñasaindy. A decisão de Soledad de viajar para o Brasil estava associada ao Cabo Anselmo, o líder da Revolta dos Marinheiros da qual José Maria participara em 1964.

Carteira Preta

No papel de agente infiltrado da polícia, Cabo Anselmo convocara militantes em Cuba para retomar ações guerrilheiras no Brasil. Soledad aderiu ao chamado Grupo Primavera, que deveria estabelecer um núcleo da VPR no Nordeste. Era uma armadilha preparada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que decidira exterminar de vez com a guerrilha urbana. Depois de passar pelo Chile e Uruguai, Soledad chegou ao Brasil, onde acabou se envolvendo amorosamente com Cabo Anselmo. Estaria grávida dele quando se tornou uma das vítimas do esquema, no começo de janeiro de 1973.

Há duas versões para a morte da mãe de Ñasaindy. Pela versão oficial,

Soledad estava entre os seis “terroristas” mortos durante um tiroteio na Chácara São Bento, em Recife. É o que afirma o delegado Carlos Alberto Augusto, conhecido como Carteira Preta, hoje lotado na cidade paulista de Itatiba, que atuava como agente policial infiltrado na célula da VPR, ao lado de Cabo Anselmo: “Eu usava o codinome Cesar, porque todos os terroristas, por motivo de segurança, tinham de adotar outros nomes. Fui designado por meus superiores, que cumpriam

ordens do governo do Estado, a fazer essa investigação de repressão e combate a terroristas”. O delegado garante que não participou diretamente do episódio: “Eu e o Anselmo não estávamos no local dos fatos. Pelo que fui informado depois, houve um cerco na área de guerrilha e reação na hora da prisão. Os órgãos de repressão tinham interesse em pegá-los vivos, para obter informações. Quando os policiais entraram na área, foram atacados por um cachorro. Um dos policiais disparou

QUANDO SEUS PAIS FORAM MORTOS PELA POLÍCIA

um tiro e os terroristas reagiram. Eles sabiam os riscos de morte, sabiam que estavam traindo a pátria”.

A versão oficial foi contestada ainda em janeiro de 1973 por duas testemunhas. Dona da butique Chica Boa, em Recife, a comerciante Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio denunciou que Soledad foi presa na sua frente, junto com Pauline Reichstul, irmã do ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul. Soledad estava na butique, onde costumava deixar bordados em consignação, quando ela e Pauline foram levadas por cinco

é a outra testemunha que contestou a versão oficial. Ela faleceu há dez anos, mas, em 1995, gravou em vídeo, na presença do então secretário de Segurança de Pernambuco, o relato que repetia desde janeiro de 1973. A advogada afirmava que, ao saber das mortes, conseguiu licença para entrar no necrotério. Lá, encontrou os seis corpos, todos inchados, “muito estragados”, com cortes e marcas de pancadas: “Em um barril estava Soledad Barrett Viedma. Ela estava despida, tinha muito sangue nas coxas, nas pernas, e, no fundo do barril onde se

mas ainda é marcada pela ausência, principalmente da mãe. “O que me faz sentir muito mal é o abandono. A Soledad fez uma escolha. Naquele momento, a luta era muito importante para ela”, diz Ñasaindy. “Para mim, era difícil juntar a imagem de deusa que me passavam dela com o abandono.”

Sem RG

Quanto à sua trajetória, Ñasaindy comenta que fez pesquisa a vida toda, “para juntar os caquinhos” da própria identidade. Não gostou nem um pouco de entrar com documentos falsos no Brasil: “Tudo o que não era verdade me incomodava”. Estava há quase dois anos em São Paulo quando chegou à casa em que morava e encontrou duas pessoas que não conhecia: “Eu logo vi que aquilo tinha a ver comigo”. Eram sua avó paterna e seu tio Paulo. A família de José Maria esperava por ele desde 1966, quando recebera sua última carta. “Meu pai morreu em 1973, na ilusão de que a qualquer hora ele voltaria”, diz Paulo.

Quatro anos antes da morte do pai, quando foi estudar Farmácia e Bioquímica em Fortaleza, Paulo tinha começado a procurar pelo irmão. Durante uma viagem ao Rio, em 1970, se deu conta de

RUMO AO EXÍLIO

Filhos de Damaris, Adilson, Telma (com o boneco) e Denise foram fotografados pela polícia no DEOPS, antes de serem banidos do Brasil com a mãe



FOTOS: FUNDO DEOPS - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

homens armados, à paisana. O marido de Sonja tentou registrar o sequestro à polícia, mas foi aconselhado a esquecer o assunto. No dia seguinte, o casal, que não tinha nenhuma atuação política, viu no jornal as fotos de Soledad e Pauline entre os “terroristas mortos em tiroteio”. Sonja procurou então a Ordem dos Advogados do Brasil. Seu depoimento só começou a ficar conhecido após a redemocratização do País.

Advogada de um dos mortos na chácara, Mércia de Albuquerque Ferreira

encontrava, também havia um feto. Eu fiquei horrorizada. Como Soledad estava em pé, com os braços ao lado do corpo, eu tirei a minha anágua e coloquei no pescoço dela. Era uma mulher muito bonita”.

Ñasaindy tinha quase 4 anos quando Soledad foi morta. “Até uma certa idade, eu era muito chorosa. Depois, criei algumas doenças. Meu pescoço ficava cheio de bolinhas com pus”, conta. Ela estava um pouco mais velha quando assimilou a morte dos pais,

que existiam muitos desaparecidos no País. Intensificou seus contatos com familiares de presos políticos quando começou a fazer pós-graduação na Unicamp. Com a volta dos exilados, a partir de 1979, ele conseguiu reconstituir parte da trajetória do irmão. Só teve certeza de que o José Maria não voltaria quando o escritor Paulo Conserva publicou um artigo no jornal *A União*, de João Pessoa (PB), relatando que ele havia sido assassinado no DOI-CODI de São Paulo. Ao procurar

SÓ AOS 27 ANOS ÑASAINDY PÔDE ASSUMIR O SOBRENOME



INFÂNCIA NA ILHA
Ñasaindy, na época em que ficava com o pescoço cheio de bolinhas de pus (acima), e, com outras exiladas brasileiras, na festa de 15 anos de Denise, a filha mais velha de Damaris



o escritor, Paulo soube que José Maria tinha uma filha em Havana: “Era uma época difícil. Ninguém abria nada para mim. Todos estavam com receio do Cabo Anselmo. Em 1982, quando eu organizava a viagem para buscar a filha de José Maria em Cuba, soube que Ñasaindy vivia em São Paulo.”

Para chegar à casa de Damaris, Paulo teve de acionar os contatos que cultivava no decorrer dos anos. Só encontrou Ñasaindy depois de se reunir com Ariston, o filho mais velho de Damaris, no escritório de um advogado: “Até hoje me dói muito lembrar a situação precária em que viviam. A Damaris foi ser doméstica e todos os filhos trabalhavam e estudavam à noite. Quando conheci a Ñasaindy, ela vendia balas numa galeria, na região da Avenida Paulista”. Pouco tempo depois, quando terminou a oitava série, Ñasaindy parou de estudar, por causa de sua condição de clandestina: “Na escola, viviam me pedindo o RG, que eu não tinha como tirar. Chegou uma hora que não deu mais para fazer matrícula”.

Nome inspirador

Nessa época, Ñasaindy também já tinha começado a manter contatos com a família de Soledad. Com o passar do tempo, ela estreitou os vínculos com Paulo, o tio paterno. “Ele fez a diferença na minha vida. É o pai que eu não tive”, diz Ñasaindy. Paulo, por sua vez, esperou anos para “assumir” integralmente a sobrinha: “Criada em Cuba, com outra mentalidade, ela era muito independente, desenvolta”. Quando Ñasaindy estava com 27 anos, Paulo contratou um advogado para regularizar a situação da sobrinha. Ñasaindy passou por momentos de crise. “Eu tinha medo de que a minha mãe fosse penalizada de alguma maneira”, afirma, referindo-se a Damaris.

Hoje naturalizada brasileira e formada em Pedagogia, Ñasaindy faz um curso de extensão na Unicamp, onde foi fotografada para esta reportagem, e analisou a vida em retrospectiva: “Eu não sou frágil. Sou muito mais resistente do que imaginava.

Esses processos foram duros, mas me fortaleceram muito”. Embora tenha se aliado a Paulo na busca pelos restos mortais dos pais, jamais os encontrou. Ambos constam da lista de desaparecidos políticos do Brasil. Mãe de quatro filhos, Ñasaindy mora em Campinas com os dois mais novos, Habel e Dina. A segunda filha, Ivich, cursa Cinema na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu (PR). A mais velha, Yalis, estuda Rádio e TV em São Paulo. Nascida nos tempos em que Ñasaindy vivia com documentação falsa, Yalis assina Lucena, como Damaris. O nome da Ñasaindy, por sua vez, inspirou Samuel Ferreira, que também passou parte da infância exilado em Cuba, na hora de batizar a própria filha. Assim, orgulhosa de carregar um nome “com um significado muito bonito”, vive em São João de Meriti (RJ), a estudante Ñasaindy Ferreira, de 18 anos. Detalhe: as duas Ñasaindys ainda não se conhecem. |

FOTOS: REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

DOS PAIS E PASSOU A EXISTIR LEGALMENTE NO BRASIL



FOTO: LUIZA SIGUEM

“Eu não sou frágil. Sou muito mais resistente do que imaginava. ESSES PROCESSOS FORAM DUROS, MAS ME FORTALECERAM MUITO”

Ñasaindy Barrett de Araújo, na Universidade de Campinas, onde estuda

A filha do GENERAL



OPOSIÇÃO

O general Zerbini, que morreu em 1982, foi um dos quatro oficiais de sua patente a resistir ao golpe militar de 1964

Como a advogada Eugenia Zerbini superou o estupro sofrido na sede da Operação Bandeirantes quando tinha apenas 16 anos. Era uma sexta-feira 13. Naquele dia de fevereiro de 1970, sua mãe, a advogada Therezinha Godoy Zerbini, acabara de ser presa, acusada de apoiar a subversão. Seu pai, o general Euryale de Jesus Zerbini, tinha sido cassado por resistir ao golpe

por LUIZA VILLAMÉA

Quando dava banho em sua filha, Eleonora, a advogada Eugenia Zerbini sempre repetia: “Esse corpinho é seu. Lembre-se sempre disso. Para tocar nele, as pessoas precisam pedir licença”.

A menina já estava com 5 anos quando a avó, a advogada Therezinha Godoy Zerbini, célebre por liderar o movimento pela Anistia no Brasil, resolveu dar banho na neta. Houve resistência.

– Precisa pedir licença! – avisou Eleonora.

– Que licença que nada! Onde já se viu? – revidou Therezinha, uma mulher “com poder de mando”, como ela própria se define.

O que Therezinha não sabia era o drama escondido por trás da reação da neta. A menina tampouco sabia. Só entendeu a

insistência de Eugenia em alertá-la para proteger o corpo depois de completar 16 anos. Eleonora foi a primeira pessoa a saber o que tinha acontecido com a mãe na tarde da sexta-feira 13 de fevereiro de 1970. Filha do general Euryale de Jesus Zerbini, um dos quatro generais do Exército a resistir ao golpe de 1964, Eugenia foi violentada na sede da Operação Bandeirante (OBAN), o centro de repressão e tortura financiado por empresários, que reunia militares das três Forças Armadas e policiais civis na rua Tutoia, em São Paulo. Eram quase 15 horas quando Eugenia chegou à OBAN, com a intenção de entregar uma maleta com artigos de uso pessoal para a mãe, Therezinha, presa dois dias antes.

– Sou filha do general Zerbini. Quero falar com o oficial do dia – disse Eugenia na entrada, usando um termo que conhecia desde criança, em referência ao militar responsável pela rotina de um quartel.



FAMÍLIA UNIDA

Eugenia, sentada no braço da poltrona, com os pais e o irmão mais novo, na casa do Pacaembu

Àquela altura, o general Zerbini estava cassado. Quase seis anos antes, em março de 1964, o militar tentou resistir ao golpe que derrubou o governo João Goulart. Recém-destacado para o comando da Infantaria em Caçapava, no interior paulista, ele acabou preso no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Depois de integrar as fileiras do Exército por quase quatro décadas, o general legalista voltou para casa no dia 22 de maio. Nos primeiros tempos, passava os dias lendo na sala da construção modernista projetada para a família pelo arquiteto Plínio Croce no bairro do Pacaembu. Na sequência, decidiu fazer pós-graduação em Filosofia, na Universidade de São Paulo (USP). Com a orientação da filósofa Marilena Chaui, chegou a redigir um trabalho sobre o pensador francês Maurice Merleau-Ponty. Mais tarde, com o novo regime cada vez mais consolidado, Zerbini não teve outra alternativa a não ser a área civil. Embora os ventos fossem adversos para militares cassados, ele conseguiu emprego como gerente da Indústria de Papel Simão, em Jacareí, a 80 km de casa. Passava apenas os finais de semana com a família em São Paulo, onde chegava no começo das noites de sexta-feira.

Congresso de Ibiúna

Vinte anos mais nova que o marido, Therezinha era formada em Direito e trabalhava como tesoureira dos Correios, no centro paulistano. Envolvida com a política desde os tempos do getulismo, ela atuava na resistência ao regime que tinha expulsado seu marido da caserna. Chegou a esconder na casa de sua mãe, Arminda, o cabo José Anselmo dos Santos. No sobrado do bairro do Cambuci, o então líder marinho ficava no quarto de costura, que não tinha janelas para a rua. Therezinha jamais imaginaria que o homem doce, em cujos braços sua mãe estendia fios de lã para reorganizar novelos, seria

desmascarado mais tarde como um traidor. Ela também não imaginava que seu nome cairia nas mãos da repressão por causa do congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), que terminou com cerca de 700 estudantes presos na cidade paulista de Ibiúna, em outubro de 1968.

O envolvimento de Therezinha com o encontro dos estudantes foi uma casualidade. No segundo semestre daquele ano, o general estava trabalhando em Jacaré, quando ela recebeu a visita do sitiante Domingos Simões. Filho do zelador de um prédio em São Paulo, Simões havia escapado do serviço militar com a ajuda do general Zerbini. Era um episódio do passado, mas ele continuava ligado aos Zerbini e gostava de retribuir o antigo favor, levando legumes e verduras do seu sítio para a família. Tinha acabado de entregar umas abóboras a Therezinha quando chegou o frei Tito de Alencar Lima, do convento dos dominicanos. O religioso estava atrás do general, seu colega de turma na pós-graduação na USP. Acabou contando a Therezinha que procurava um lugar que pudesse sediar um congresso da UNE, então na ilegalidade. Na mesma hora, ela apresentou frei Tito a Simões e os dois começaram as tratativas para usar o sítio de Ibiúna. Por causa disso, Therezinha responderia a um Inquérito Policial-Militar e seria indiciada em dezembro de 1969.

Estátua de sal

Na Quarta-feira de Cinzas de 1970, Therezinha jantava com o marido e a filha Eugenia na casa do Pacaembu quando tocaram a campainha. O outro filho do casal, Euryale Jorge, mais novo do que Eugenia, estava no Rio de Janeiro, na casa do general Luiz Tavares da Cunha Mello, também cassado pelo golpe. O período era de férias escolares.



Antes, Marcos, filho de Cunha Mello, havia passado o Carnaval com os Zerbini em Campos do Jordão. Na casa do Pacaembu, a empregada, Lita de Aragão, atendeu à porta e disse que “um tal” capitão Guimarães queria falar com Therezinha. Eugenia se lembra em detalhes daquela noite. “Eu, com 16 anos recém-completados, achava que entendia de muita coisa e comentei que devia ser alguém pedindo carta de apresentação para o tio Eurípedes”, conta Eugenia, referindo-se ao irmão do general, o médico Eurípedes de Jesus Zerbini, que realizou a primeira cirurgia de transplante de coração no Brasil. “Embora meu pai estivesse cassado, muita gente, principalmente do Exército, recorria a ele ou à minha mãe quando precisava de alguma coisa.”

Therezinha mandou abrir a porta para a visita, mas estava sentada de costas para a entrada. Só o general, na cabeceira da mesa, e Eugênia, de frente para as escadas que levam à porta principal da casa, viram descer três homens sem farda nem identificação, dois deles com metralhadoras. O que estava desarmado se apresentou como capitão Guimarães e disse que tinha ordens de levar Therezinha para a OBAN. “Tive a impressão de que o ar poderia ser cortado com uma tesoura, de tão denso que ficou”, lembra Eugenia. “Minha mãe perguntou se poderia terminar de jantar e pediu que eles esperassem na sala. O nosso cachorro, o Zorba (*um poodle*), entrou latindo, o que quebrou um pouco o gelo. Mas meu pai já tinha se levantado.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



TRAJETÓRIA

Zerbini à frente da tropa, na Revolução de 1932. Acima, no comando do Quartel de Quintaúna, nos anos 1950. Ao lado, embarque para curso nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. Abaixo, momentos opostos: como oficial, orienta manobra do Exército, e, cassado, recebe o título de cidadão de Jacaré (SP), em 1978

Ele era muito calmo, mas se levantou como um general. Começou a andar em direção ao telefone, como se fosse ligar para o comandante do II Exército, que supostamente era a patente mais alta em São Paulo.”

– A quem vocês se reportam? – perguntou o general Zerbini.

– É um órgão novo. Não é do seu tempo – respondeu um dos militares sem farda.

Therezinha, por sua vez, se dirigiu ao marido:

– Não peça favor para ninguém. Eu entrei nisso sozinha, eu saio disso sozinha.

Esse é bem seu estilo. Não por acaso, Eugenia costuma repetir, mesmo na frente da mãe, que é filha de general, mas foi criada por um sargento. Enfim, naquela noite, assim que terminou o jantar, Therezinha subiu com a filha para o terceiro pavimento da casa, onde até hoje fica seu quarto. Escovou os dentes, tirou da bolsa a caderneta de telefones e colocou a carteirinha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Chegou a pensar em levar uma muda de roupa. “Eu mesma disse que levar roupas seria como assinar uma confissão de culpa. Argumentei que ela deveria ir como se fosse da outra vez, para prestar depoimento e voltar para casa. Combinei que, se ela não voltasse no dia seguinte, eu levaria as coisas dela. Então, foi uma ideia minha. Ela poderia ter me enquadrado, falado que a OBAN não era lugar para crianças, para moças, mas tinha tanta coisa para pensar. As coisas foram como foram.”

O general passou a noite em claro, na sala. Na manhã da quinta-feira, antes de seguir para o trabalho em Jacaré, perguntou à filha se queria ir para a casa da avó ou de uma de suas tias. Ao mesmo tempo, ponderou que seria melhor que ficasse na casa, com

“TINHA MEDO DE VER SANGUE, OUVIR GRITOS, MAS NÃO

PENSEI QUE RESPONDERIA COM O MEU PRÓPRIO CORPO”

Eugenia Zerbini

a empregada, para o caso de telefonarem dando notícias de Therezinha. Ninguém ligou. Na sexta, às 14h30, Eugenia chamou um táxi do ponto da rua Professor João Arruda, em Perdizes, o mais próximo de sua casa. Ao embarcar, levava para a mãe um malinha com artigos de higiene pessoal e roupas de baixo: “Eu sabia um pouco do risco que estava correndo. Ouvia as conversas dos meus pais. Tinha medo de ver sangue, de ver uma cena de tortura, mas eu não pensei que eu iria responder por esse ato com o meu próprio corpo”. Pouco antes das 15 horas, ela chegou à sede da OBAN, se identificou como filha do general Zerbini para o homem à paisana na porta e pediu para falar com o oficial do dia.

“Naquela época, ninguém sabia quem era um general da ativa ou um reformado. Só quatro generais foram contra o golpe. Em todo o caso, eu era filha de uma autoridade. Não falei que me chamava Eugenia. Enfim, esse sujeito me acompanhou até uma espécie de recepção, no mesmo piso. Daí, ele entrou e voltou rápido. E me mandou entrar. Não andei muito, não subi nenhuma escada, não atravessei nenhum labirinto de corredores. Era algo próximo. Eu não estava muito longe da entrada”, recorda Eugenia. “A única coisa que me chamou a atenção foi o fato de a sala ser muito despida. Tinha só uma mesa e duas cadeiras. Mais nada, nenhuma folhinha na parede, nada.” Pouco depois, entrou um homem sem farda nem identificação, e sentou-se na cadeira em frente à de Eugenia: “Tinha uns 30, 35 anos. Tinha cara de ruim? Nem ruim nem bom. Nem feio nem bonito. Tenho certeza de que era mais alto do que eu. Eu tenho 1,65 m. Muito mais

forte? Os homens são mais fortes que as mulheres”. Eugenia se lembra ainda que ele não tinham cabelo “de reco” (recruta). Na época, militares vinculados aos porões da repressão usavam cabelos mais longos, como se fossem civis. Diante desse homem, Eugenia mudou o discurso. Disse que era filha de Therezinha Zerbini, que a mãe estava detida e pediu que lhe entregasse a malinha com objetos pessoais.


ANOS DOURADOS

A família Zerbini em 1958, antes de ser atingida pela violência do regime militar

— O que a sua mãe está fazendo aqui? Por que prenderam sua mãe? — perguntou o homem.

— Os senhores é quem devem saber. Os senhores é que prenderam — respondeu a filha do general.

“Era verdade, mas quis fazer um pouco de ironia. Daí, eu me levantei e ele me agarrou. Por que não gritei? Gritar na Operação Bandeirantes? E o medo que ele me desse um murro e

me arrebentasse os dentes? E o medo de que as coisas pudessem ficar muito piores? Eu fiquei paralisada. Tinha me preparado para ver sangue, ouvir gritos, mas isso eu nunca imaginei. A porta estava fechada. Estava trancada? Eu não sei. Juro que não sei”, diz Eugenia. “Quando acabou, ele abriu a porta. De repente, vi que estava na porta para a rua. Eu nem olhei para trás. Nem queria saber como cheguei naquela porta.

Queria ir embora, ficar longe daquilo. Tanto que enquanto andava na rua Tutoia, procurando um táxi, eu falava para mim mesma ‘vai, vai, não olha para trás’. Naquela hora, veio a ideia da Bíblia, de Sodoma e Gomorra, porque a mulher de Lot, ao sair da cidade, desobedece Deus, olha para trás e vira uma estátua de sal.”

Google Imagens

Eugenia voltou para casa e não contou para ninguém o que tinha acontecido: “Papai poderia fazer uma loucura. Quando eu nasci, ele tinha 46 anos. Fui a primeira filha. A mulher que ele amava estava presa e eu dizer que tinha acontecido aquilo comigo? Contar para a minha avó Arminda, a mãe da minha mãe? Dar essa dor para ela? A filha dela já estava presa. As duas filhas, porque junto com a minha mãe foi presa a minha tia Antonieta. Era uma política de intimidação. Imagine que tia Antonieta assinava Maria Antonieta, por causa da rainha da França. Apesar de ter ficado viúva muito cedo, a vida para ela era uma bolha de sabão. Não tinha consciência política nenhuma. Só havia hospedado o Simões (*o dono do sítio de Ibiúna*), a pedido de minha mãe. Contar para os meus colegas do Colégio Rio Branco, que diziam que eu era filha de comunista? Nessa época,

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

a classe média e a classe média alta estavam eufóricas. Ganhavam rios de dinheiro no mercado financeiro. As pessoas estavam pouco se importando com a tortura. Eu queria sumir”.

Eugenia seguiu em frente. Nos oito meses em que sua mãe esteve presa, ela assumiu o comando da casa do Pacaembu: “Cresci ouvindo minha mãe dizer que eu precisava ser forte. Foi assim quando o meu pai foi preso, em 1964. Então, quando ela estava presa, eu precisava fazer alguma coisa que a deixasse feliz. E fui muito forte”. Formada em Direito pela USP, mestre e doutora em Direito Internacional, Eugenia fez carreira como alta executiva do setor financeiro, inclusive como uma das vice-presidentes do Citibank em Nova York. Foi também professora universitária. Hoje, aos 60 anos, ela trabalha em uma biografia da imperatriz Teresa Cristina, mulher de D. Pedro II. Seu romance de estreia, de 2004, o premiado *As Netas da Ema*, relata uma cena de estupro: “Aquele é uma ficção”. A própria violação Eugenia decidiu trazer a público pela primeira vez, na **Brasileiros**, por considerar que era uma história muito mal digerida: “Já passei horas no Google Images atrás de fotografias dos antigos torturadores, tentando identificar aquele homem. Agora, com a abertura dos arquivos, com a Comissão da Verdade, as pessoas falam. O meu depoimento será considerado. Antes, a maior dor que poderia me ser infringida, se não fossem suficientes as dores do dia 13 de fevereiro de 1970, seria duvidarem do meu relato”. Quarenta e quatro anos depois, Eugenia conta com o apoio da confidente original, a filha Eleonora Zerbini, autora da fotografia ao lado. Aos 19 anos, a fotógrafa Eleonora é aquela menina que enfrentou a avó na hora do banho. **I**

FOTO: ELEONORA ZEBINI



FIM DO SILÊNCIO
Eugenia fala sobre o estupro que sofreu aos 16 anos para tentar resolver um episódio “muito mal digerido”

“QUANDO CHEGUEI NA PORTA PARA A RUA, NEM OLHEI PARA

TRÁS. QUERIA IR EMBORA, FICAR LONGE DAQUILO”

Eugenia Zerbini

Órfãos da guerra que NÃO EXISTIU

A maior mobilização de tropas brasileiras depois da Segunda Guerra Mundial aconteceu na região do rio Araguaia. Na última ofensiva, a ordem era exterminar todos os guerrilheiros e não deixar vestígios. João Carlos e Igor, netos do ex-deputado Maurício Grabois, perderam o avô, o pai e o tio no conflito que a ditadura escondeu

por LUIZA VILLAMÉA

Marta Rocha era uma égua muito querida pelo povo da mata. Ganhou esse nome porque tinha as ancas largas, como a Miss Brasil que teria perdido o título mundial por exibir duas polegadas a mais nos quadris. Pilontra era um filhote de lontra levado da breca. Onças, jacarés, macacos, cachorros e um galo também faziam parte das histórias que a guerrilheira Criméia Almeida contava para o filho e os sobrinhos dormirem nos anos 1970. Garotos urbanos, eles cresceram ouvindo relatos de caçadas na floresta e do cotidiano nas imediações do rio Araguaia. Só mais tarde as crianças souberam que o cenário das histórias de Criméia também tinha abrigado o horror. Entre abril de 1972 e janeiro de 1975, as Forças Armadas realizaram três ofensivas na área, conhecida como Bico do Papagaio, entre o sul do Pará e do Maranhão, e o norte de Goiás (hoje Tocantins). Para combater um grupo de 70 guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Exército entrou com um contingente de três mil homens em uma das ofensivas. Na fase final do conflito, que o regime militar escondeu do resto do Brasil, guerrilheiros foram decapitados e suas cabeças expostas nos povoados da remota região.

Criméia está entre as poucas pessoas a sair com vida da Guerrilha do Araguaia. Com quase oito meses de gravidez, ela foi presa pouco depois de chegar a São Paulo, em 29 de dezembro de 1972. Estava na casa onde funcionava uma gráfica clandestina do PCdoB, com os sobrinhos Janaína, 5 anos, e Edson, um ano mais novo que a irmã, filhos de sua irmã, Maria Amélia Teles, a Amelinha. Os meninos foram levados para o Doi-Codi, um centro de “interrogatório” do Exército, onde seus pais se encontravam sob tortura desde a véspera. Nos primeiros dias, Criméia teve o mesmo destino, mas, por causa dos vínculos com o Araguaia, acabou transferida para um batalhão do Exército em Brasília. Seu filho, João Carlos, o Joca, veio ao mundo na prisão, no Hospital da Guarnição de Brasília. Joca jamais conheceu o pai, André Grabois, nem o avô, o ex-deputado Maurício Grabois, ambos mortos no Araguaia. Antigo líder da bancada comunista na Câmara dos Deputados, Maurício era um dos comandantes da guerrilha. Além de André, ele teve uma filha, Victória, cujo marido, Gilberto Olímpio, também foi executado no Araguaia. Victória e Gilberto, por sua vez, eram pais de Igor, seis anos e sete meses mais velho do que Joca. Os dois primos só se encontraram em 1980, depois da Lei de Anistia.

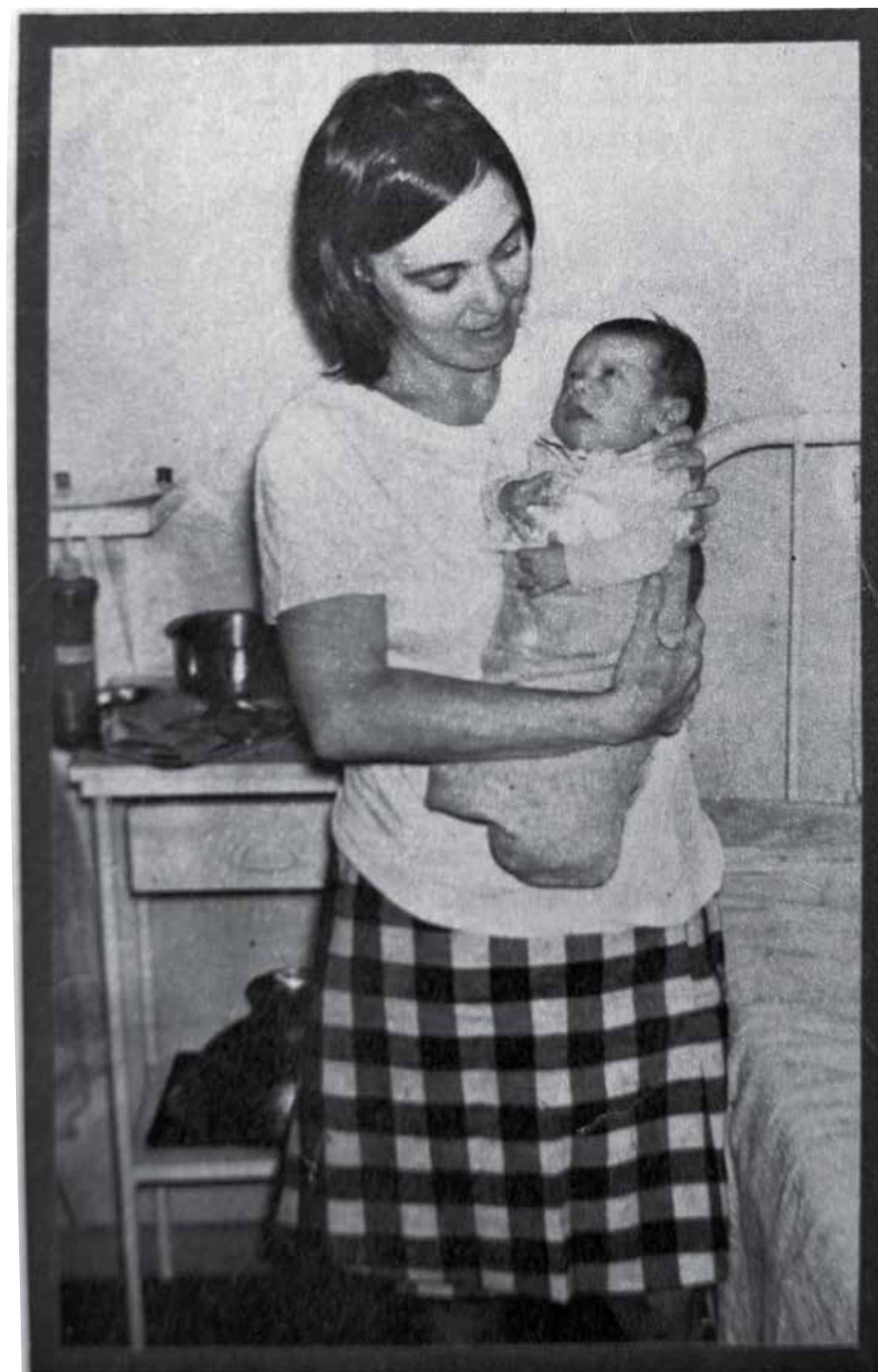


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

NASCIDO NA PRISÃO

Joca, no colo da mãe, Criméia, veio ao mundo em um hospital militar, onde ficou 52 dias, até a mãe voltar para a cela

A história que fez cruzar a vida dos meninos Joca, Igor, Janaína e Edson começou em 1966, quando o PCdoB passou a deslocar militantes para a região do Araguaia. A ideia era criar uma guerrilha de ação prolongada, inspirada na guerra popular da China. A partir de pequenos núcleos rurais, seria formado um exército do povo, que, em algum momento futuro, tomaria as cidades. Começaria então a valer um provérbio repetido à exaustão pelo líder chinês Mao Tsé-Tung: “Uma faísca pode incendiar a pradaria”. Com base nos planos feitos pelos líderes do PCdoB, os guerrilheiros circulavam por uma área de mais de 6 mil km², onde montaram três destacamentos. No território de cada destacamento, viviam com poucos recursos, em casas rústicas, distantes umas das outras. Embora decididos a se misturarem à população, acabaram conhecidos como paulistas ou povo da mata. Afinal, na região onde forasteiros chegavam para conquistar terras à força, explorar garimpos e enriquecer às custas da servidão alheia, mulheres e

homens do PCdoB prestavam serviços de saúde, promoviam cursos de alfabetização e participavam de mutirões de plantio e colheita.

Criméia, a mãe de Joca, ajudou a fazer pelo menos 28 partos no Araguaia. Como a maioria dos guerrilheiros, ela havia trocado a faculdade (no caso, de enfermagem) pela vida na mata. Entre eles, havia também profissionais liberais, como o médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho. O grupo ainda não estava preparado para entrar em ação quando os serviços da ditadura souberam de sua existência. Com isso, seis anos depois da chegada do primeiro guerrilheiro, tropas do Exército desembarcaram no Araguaia, em 12 de abril de 1972. Ocuparam povoados, queimaram casas, destruíram roças, aterrorizaram a população. Deixaram a área cinco meses depois, sem conseguir acabar com a guerrilha. Em outubro do mesmo ano, começou a segunda ofensiva dos militares, com presença maior da Aeronáutica e da Marinha.

Fora da área da guerrilha, Criméia

não se livrou da violência. Mesmo grávida, passou pela tortura. Depois de transferida para Brasília, ficou muitas horas em trabalho de parto antes de o oficial médico decidir assisti-la. Quando ela reclamou, dizendo que o bebê poderia morrer, recebeu uma resposta cruel: “Não tem importância. É um comunista a menos”. Enquanto permaneceu no hospital, Criméia às vezes era separada do filho por longos períodos. Em um requinte de tortura psicológica, diziam que o bebê tinha sido encaminhado para uma instituição de crianças abandonadas. Ao final de quase dois meses, entregaram o pequeno Joca para uma prima de Criméia que morava em Belo Horizonte.

Cadeira do dragão

O bebê carregou uma bagagem extra no próprio corpo – entre as roupinhas, um pequeno diário no qual a mãe contava a sua história e falava o quanto ele era amado. “Imaginei que, se ele fosse entregue para a adoção, poderia um dia ler o diário”, recorda Criméia. Mãe e filho, no entanto, não demoraram a se reencontrar. Como a ditadura negava a existência do conflito no Araguaia, seus agentes não abriram processo contra a guerrilheira. Libertada em abril de 1973, Criméia foi buscar o filho, em Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, começou a procurar Janaína e Edson, os dois sobrinhos que estavam em sua companhia no momento da prisão, em São Paulo.

Durante um tempo, talvez uma semana, talvez dez dias, as crianças tinham ficado na sede do Doi-Codi. Assim que chegaram, foram levadas para a sala de tortura, onde estavam seus pais, Amelinha e César Augusto Teles. “Minha mãe estava roxa, meu pai, verde. O

“O ZOOLÓGICO QUE O DELEGADO ME LEVOU ERA UMA CARCERAGEM. O OLHAR DOS PRESOS ERA DE PAVOR”

Edson Teles, professor universitário, sobre o “passeio” que fez aos 4 anos

mais impressionante é que eles não se mexiam. A gente costumava se beijar muito, tomava banho junto, mas quando eu e o Edson chegamos, meus pais não mexeram nem os braços”, lembra Janaína. Com 4 anos, Edson não reconheceu Amelinha: “Foi estranho porque a voz era familiar, mas o rosto não correspondia. Era muito diferente da imagem que eu tinha de minha mãe”. Pelo relato dos adultos, Janaína chegou a ver a mãe na cadeira do dragão, um aparelho de tortura com assento, apoio de braços e espaldar de metal, na qual o preso era amarrado e recebia choques elétricos. “Eu era pequena, não me lembro”, diz Janaína. “Ainda bem que não me lembro.” Daqueles tempos, ela se recorda de ficar com o irmão, durante o dia, no estacionamento do centro de tortura, que diziam ser um hospital: “Achava esquisito, porque não tinha ninguém de branco. A gente ouvia muitos gritos. E tinha sempre uns caras de verde-oliva jogando sinuca, mas eu não sabia que essa era a cor do Exército”.

À noite, os meninos eram levados de carro para uma casa, onde dormiam em colchões colocados no chão da cozinha. Quarenta anos depois, eles ainda não conseguiram identificar o local. Edson acredita que não ficava longe do Doi-Codi: “Passávamos pela Avenida 23 de Maio. Sei disso porque na avenida tinha uma propaganda, um pistão da Metal Leve, que ficava se mexendo sozinho. A gente passava lá de noite”. Dias depois, os irmãos foram levados de carro para a casa de um delegado casado com uma irmã do pai, em Belo Horizonte. “Ficamos seis meses sequestrados. Era uma parte da família que a gente não conhecia. Ele era um homem grosseiro. Uma vez, colocou o



REENCONTRO

Edson, à esquerda, e com Janaína e a mãe, depois que Amelinha saiu da cadeia

revólver em cima da mesa e nos disse para nunca mais perguntarmos sobre os nossos pais. Aliás, nessa época, eu ouvia o tempo todo que eu era comunista, mas não fazia a menor ideia do que significava.” Janaína completou 6 anos nessa casa. Os pais continuavam presos em São Paulo. Ela e o irmão, no entanto, acreditavam na versão de que tinham sido abandonados.

Folha em branco

Edson, que costumava perguntar pelo zoológico próximo de sua casa em São Paulo, jamais se esqueceu do dia em que o delegado resolveu levá-lo para passear: “Ele disse que iríamos ao zoológico. Não chamou os três filhos dele nem a Janaína. O zoológico que me levou foi a carceragem da delegacia. O que mais me marcou foi o olhar de pavor dos presos diante dele”. Uma tarde, os meninos brincavam no jardim da casa, quando ouviram um “psiu”. No portão estava Criméia, que conseguiu localizar os sobrinhos. “Naqueles

tempos, para nós, todo mundo era tio, mas ela era uma tia que trazia lembranças boas”, conta Janaína. O delegado proibiu Criméia de falar sobre os pais das crianças. Ela não obedeceu. Logo no primeiro encontro, garantiu aos sobrinhos que eles não haviam sido abandonados. Contou que os pais deles estavam presos, mas não eram bandidos. E propôs um “segredo”: eles não poderiam contar para o delegado os assuntos que conversavam.

Acostumados a viver com os pais em casas semiclandestinas do PCdoB, Janaína e Edson não tiveram dificuldade em cumprir o trato. Ao mesmo tempo, Criméia pediu ajuda ao advogado Virgílio Enei, que conseguiu entrar na carceragem onde Amelinha era mantida incomunicável e colheu sua assinatura em uma folha em branco. No papel, foi feita uma procuração, nomeando Enei advogado, o que lhe permitiu obter a guarda das crianças para Criméia. “Quando conseguiu o documento, ela não deu nem



“MINHA MÃE ESTAVA ROXA, MEU PAI, VERDE. O MAIS IMPRESSIONANTE É QUE ELES NÃO SE MEXIAM”

Janaína Teles, historiadora, sobre ver os pais na sala de tortura, aos 5 anos

FOTO: LUIZA SIGUEM

FOTOS: LUIZA SIGUEM | REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

satisfação. Mandou a gente preparar a mochilinha para sair no dia seguinte”, diz Janaína. Com os sobrinhos e o filho bebê, Criméia foi para a casa de seus pais, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Lá, começou a contar as histórias dos bichos e do povo do Araguaia.

Emboscada

Naquela altura, Victória, a mãe de Igor, o outro neto de Maurício Grabois, tinha trocado de identidade. Passara a se apresentar como Teresa Freitas. Seu nome verdadeiro constava da primeira lista de estudantes expulsos pelos militares da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como consequência, Igor Grabois passou a se chamar Jorge Freitas. O garoto não se incomodou: “Explicaram que não podia mais usar nome estrangeiro no Brasil. Eu aceitei. Virei Jorge”. Ele também não questionava o fato de o pai, Gilberto Olímpio, estar sempre fora, em viagem de trabalho. “A última lembrança que tenho dele foi de um passeio à Praia Grande. Ele tinha uma Rural Willys, não sei se verde e branca ou azul e branca. Tinha muita gente. Ficamos em uma casa que meus avós paternos tinham alugado.” No dia a dia, Igor vivia com a mãe e a avó materna, a advogada Alzira Grabois, que passara a se chamar Maria e a dar aulas particulares de matemática. Com certa frequência, o menino dividia o quarto com um hóspede que acreditava ser seu tio, o líder do PCdoB, João Amazonas: “Convivi muito mais com o João Amazonas do que com o meu pai”.

Em uma estrutura de informações compartimentadas, João Amazonas entrava e saía da área da guerrilha,

levando diretrizes e notícias. O pai e o avô de Igor também atuaram como “correio”. Victória, a mãe de Igor, lembra com exatidão das últimas visitas: “Gilberto veio em maio de 1971, quando morávamos em uma casa no bairro do Jabaquara, em São Paulo. Fizemos uma feijoada. Meu pai (*Maurício Grabois*) veio em dezembro. Passou o Réveillon e voltou para o Araguaia.” Victória não sabia o local exato da área da guerrilha, mas meses depois assustou-se quando o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, anunciou que um “covil de contrabandistas” havia sido

desbaratado em Marabá (PA). “Com nome falso, eu trabalhava, pagava aluguel, levava uma vida normal, mas vivia em pânico”, afirma Victória. O estresse aumentou quando João Amazonas chegou de outra viagem e contou que seu irmão, André Grabois, o pai de Joca, havia caído em uma emboscada. André Grabois foi morto aos 27 anos, em outubro de 1972, durante a segunda ofensiva dos militares no Araguaia. Como a maioria das mulheres e homens do PCdoB na região, ele é considerado desaparecido político. Até hoje as Forças Armadas se recusam a



FOTO: LUIZA SIGUEM

CLANDESTINIDADE

Igor Grabois soube da própria origem aos 13 anos. Quando o avô, o pai e o tio foram para o Araguaia, a mãe, Victória (abaixo), adotou o nome Teresa. Igor virou Jorge



Estadual de Ordem Política e Social. Joca estava entre jornalistas, em uma coletiva de imprensa, quando fotografias encontradas no acervo foram expostas sobre grandes mesas. Eram muitas imagens, algumas chocantes, de militantes da resistência à ditadura mortos, com a fisionomia desfigurada pela tortura.

A foto que mostrou a Joca os traços do pai na idade adulta foi tirada para um passaporte. Com o documento, André Grabois viajou em 1967, para fazer um curso de treinamento de guerrilha na China. Em Karashi, no Paquistão, André Grabois e o grupo que o acompanhava tiveram o passaporte retido por algumas horas. Mais tarde, eles deduziram que os documentos foram fotografados pela CIA, o serviço de inteligência americano, pois suas cópias não demoraram a ser remetidas para a polícia política do Brasil. Como providenciara um passaporte a partir de uma identidade fictícia – José Vieira da Silva Junior –, é com esse nome que a fotografia de André Grabois encontra-se catalogada até hoje no acervo do DEOPS. Joca guarda uma cópia da imagem, assim como o porta-retratos com a fotografia do pai adolescente, que a avó mantinha na estante da sala. “Quando ela morreu, pedi o porta-retratos para minha

informar o destino de seu corpo, assim como dos restos mortais de outros três guerrilheiros emboscados na mesma ocasião. Aquele foi um ano sangrento no Araguaia. De abril a outubro, oito guerrilheiros morreram em confronto ou emboscada, quatro foram executados depois da captura e sete levados presos para Brasília. Joca, o bebê nascido no hospital militar, cresceu sabendo que perdera o pai na guerrilha: “Minha mãe contou tudo desde sempre, até por uma questão de segurança. Como ela vivia a tensão de que também podia desaparecer, explicava tudo”. Apesar da transparência em família, 40 anos depois, Joca ainda enfrenta muitas barreiras para falar sobre a própria trajetória.

FOTOS: REPRODUÇÕES/ARQUIVO PESSOAL

“NA ESCOLA ELIEZER STEINBERG, EU ERA JORGE NA CHAMADA, MAS TODOS ME TRATAVAM POR IGOR”

Igor Grabois, economista, sobre o cotidiano logo após a Anistia



MEMÓRIA André Grabois na adolescência e, no detalhe, na única imagem do pai na idade adulta que o filho Joca já viu

tia Victória”, conta Joca. “Na foto, ele está sem camisa.” Depois da anistia, a mesma imagem foi retocada, para, com uma camiseta, ser impressa em cartazes feitos pelas famílias de desaparecidos políticos.

Joca acompanha cada passo do processo de busca de informações sobre os guerrilheiros do Araguaia. Soube, ao mesmo tempo que a mãe, que o avô Maurício Grabois e o tio Gilberto Olímpio, pai do Igor, tinham sido mortos na manhã do Natal de 1973. Aconteceu durante a terceira ofensiva militar no Araguaia, batizada como Operação Sucuri, em referência à serpente que envolve e esmaga suas presas, antes de devorá-las. Nessa fase,

nenhum guerrilheiro foi levado preso para Brasília. A ordem era exterminar e apagar todos os vestígios. Ninguém escapou da sentença. Pelo menos cinco moradores da região, vinculados aos “paulistas”, tiveram o mesmo destino. Quando as tropas chegaram pela terceira vez ao Araguaia, em outubro de 1973, os militares já haviam mapeado a região. Tinham também uma relação com o nome de todos os guerrilheiros e moradores das imediações. O levantamento havia sido feito no decorrer de um ano, por militares descaracterizados que se estabeleceram na área. Entre eles, destacava-se o major Sebastião de Moura, o Curió, que se apresentava como doutor Luchini, engenheiro do

Inera, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ao contrário de outros militares infiltrados, Curió continuou na região depois do extermínio, como administrador do garimpo de Serra Pelada. Mais tarde, fundou até uma cidade, Curionópolis, no Pará.

Saco de lona

Igor, o primo de Joca, tinha 13 anos quando soube em detalhes a sua história. “Contei tudo de uma só vez”, lembra Victória. Ela teve poucas alternativas. Logo depois da Lei de Anistia, Igor leu uma reportagem sobre a Guerrilha do Araguaia e questionou a mãe: “Esse Maurício Grabois é meu avô, não é? E a Maria Grabois, que vocês dizem ser minha madrinha, é minha tia-avó.” Ele se referia a uma irmã do ex-deputado, uma médica, que costumavam visitar no Rio de Janeiro. Na verdade, Igor desconfiava havia muito tempo de algum tipo de ligação entre a família e a política. “No armário do meu quarto, ficava escondido um saco de viagem, desses de lona, cheio de livros. Todos os clássicos do comunismo estavam lá. Eu não podia mostrar para ninguém, não podia nem deixar meus amigos entrarem no quarto, mas muito novo comecei a ler essas obras.”

Poucos meses depois de saber a história da família, Igor conheceu Joca, Janaína e Edson: “Eles moravam todos juntos, em uma casa pequena, de um quarto, com um quintal muito grande. A casa era o caos, vivia cheia de gente do partido”. No ano seguinte (1981), Igor se mudou de São Paulo para o Rio de Janeiro. A ideia era abandonar de vez o nome falso, mas a família esbarrou na burocracia. Os documentos escolares de Igor estavam em nome de Jorge Freitas: “Na primeira escola que estudei no Rio, eu era só Jorge. Na segunda, um colégio progressista, o Elieser Steinberg, encontraram uma fórmula diferente. Na chamada, eu era Jorge, mas todos

me tratavam por Igor”. Victória só conseguiu regularizar a situação em 1980, depois de procurar o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, em São Paulo. “Ainda tive de esperar umas semanas para sair da clandestinidade, pois Greenhalgh estava dedicando-se ao caso de Lula, que havia sido preso por liderar a greve dos metalúrgicos do ABC. Aliás, o Lula me deve essa”, diz Victória, em tom de brincadeira. Seu sobrinho, Joca, também precisou procurar a Justiça para ter o nome de André Grabois incluído como pai em sua certidão de nascimento.

Ação contra torturador

Joca, Igor, Janaína e Edson continuam amigos, muito próximos uns dos outros. Depois de vender sua empresa de publicidade, Joca agora se dedica aos estudos da matemática. Igor é economista, Janaína, historiadora, e Edson, professor de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. Com altos e baixos, os quatro tentam tocar a vida com leveza. E continuam corajosos. Eles estão entre os autores de dois processos históricos. Junto com Criméia e os pais – Amelinha e César –, Janaína e Edson entraram com uma ação civil contra o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandava o Doi-Codi de São Paulo. Em agosto do ano passado, Ustra se tornou o primeiro militar a ser declarado torturador pela Justiça. Joca e Igor, por sua vez, estão entre os autores da ação junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil a esclarecer e determinar as responsabilidades penais pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de guerrilheiros e camponeses do Araguaia. **I**

FOTO: LUIZA SIGUEM

“MINHA MÃE CONTOU TUDO DESDE SEMPRE, POIS ELA VIVIA A TENSÃO DE QUE TAMBÉM PODERIA DESAPARECER”

João Carlos Grabois, o Joca, estudante de Matemática, sobre a própria trajetória

PERSISTÊNCIA

Joca, cuja foto bebê abre esta reportagem, e a mãe, Criméia, ainda buscam na Justiça respostas para os crimes do Araguaia



“ESSA CULPA não é minha”

Filha do médico Amílcar Lobo, Alessandra nasceu quando o pai já havia perdido o direito de clinicar, por seu envolvimento com a máquina da tortura. Aos 21 anos, ela ainda não consegue conciliar a imagem que tem do pai com os relatos de ex-presos políticos. E não aceita ver o nome dele na lista de torturadores

por LUIZA VILLAMÉA

Alessandra Lobo tinha apenas 5 anos quando perdeu o pai. Dias depois, ao retornar à pré-escola, a Bonequinho de Neve, em Madureira, no Rio de Janeiro, ela ouviu de um coleguinha que não deveria ficar triste. “Seu pai tinha de morrer mesmo. Minha mãe falou que ele matava, fazia mal às pessoas”, disse o menino. Semanas antes, quando o médico ainda convalescia, Alessandra já havia chegado em casa contando que outras crianças a evitavam, porque ela “era filha do Lobo Mau”. As explicações dadas por sua mãe, a pedagoga Maria Helena, só começaram a fazer sentido para a garota tempos depois. Ainda hoje, aos 21 anos, Alessandra desmorona se o nome Amílcar Lobo é associado ao adjetivo torturador: “Meu pai atendeu presos políticos, mas por trás da participação dele tinha um ser humano. Ele era um médico. Não torturava. E eu não era nem viva quando a ditadura aconteceu. Por que tenho de carregar essa culpa? Essa culpa não é realmente minha”.

Durante quatro anos, Lobo integrou a máquina da tortura instalada nos porões da ditadura. Em agosto de 1969, prestes a se formar em Medicina, ele foi convocado para prestar o serviço militar que não cumprira aos 18 anos. Seis meses depois, apresentou-se no Forte de Copacabana, onde passou por instruções convencionais, como atirar e cavar trincheiras. Em março de 1970, Lobo foi transferido para o 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, 425, na Tijuca, para atuar como médico. O endereço abrigava um dos mais cruéis centros de tortura do Brasil. O primeiro “paciente” atendido por Lobo estava nu, deitado no chão molhado de uma cela, com fios enrolados nos dedos das mãos e dos pés. Daí em diante, foi só horror, incluindo passagens pela Casa da Morte, o centro clandestino de tortura e extermínio mantido pelo Exército, em Petrópolis. Alessandra conhece a sequência trágica. Já leu e releu o livro *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*, que o pai publicou em 1989, oito anos antes de morrer devido a problemas cardíacos.

“Meu pai também vivia sob ameaça. Tanto que tentou se desligar do Exército várias vezes, mas não tinha essa opção. Ele conta isso no livro”, argumenta Alessandra. “Para quem ele iria denunciar? Como, se o Exército controlava tudo?” O fato é que, de 1970 a 1974, Lobo deu expediente de quatro horas no período da manhã, no centro de tortura. Depois, trabalhava em um hospital de psiquiatria infantil, de onde saía rumo a seu consultório de psicanálise, na sala 208 da Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1018. No mesmo andar, ficava o consultório do psicanalista Leão Cabernite, presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, com quem Lobo fazia análise, pois se preparava para ingressar na instituição. Às vezes, o médico era convocado pela repressão para atender emergências fora do horário de expediente. Foi o que aconteceu em uma madrugada de

janeiro de 1971, quando ele examinou um homem também nu, coberto por equimoses, deitado na cama de uma cela, com os olhos fechados. Estava com o abdômen endurecido, “em tábua”, não conseguia se mexer, mas, por duas vezes, abriu os olhos e repetiu o próprio nome: Rubens Paiva.

Quarenta e três anos depois, Alessandra lembra que o pai foi a última pessoa a ver o ex-deputado vivo: “Ele também foi o único que deu informações sobre Rubens Paiva. Meu pai contou o que viu lá dentro”. Naquela madrugada, o médico diagnosticou uma hemorragia interna e indicou a imediata transferência de Rubens Paiva para um hospital, o que não foi feito. Até hoje não se sabe o destino do corpo do ex-deputado. Para justificar o desaparecimento, o Exército divulgou à época uma história rocambolesca: ele teria sido resgatado por “terroristas” durante um



FOTO: REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

RAÍZES

Alessandra, com 15 dias, e Amílcar Lobo, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

traslado. Pela versão, Rubens Paiva, que pesava quase 100 kg, havia saltado do banco traseiro de um Fusca ocupado por militares armados, atravessado um tiroteio e escapado ileso. Quinze anos depois de examiná-lo na cela, durante o primeiro governo civil pós-ditadura, Lobo revelou à imprensa a cena que presenciara no prédio da Rua Barão de Mesquita. Não soube explicar como sumiram com o corpo, mas tornou-se o primeiro integrante da máquina de repressão a testemunhar contra os porões.

Baque forte

Em Madureira, na casa simples que divide com a mãe e o cachorro Baudelaire, uma mistura de pastor alemão com vira-lata, Alessandra fala com a voz embargada sobre um passado que conhece por meio dos relatos de Maria Helena, dos depoimentos deixados por Lobo e pelos muitos livros sobre o período enfileirados na estante da sala. De vez em quando, chora baixinho. “Meu pai não foi torturador. Não acredito que ele examinava uma pessoa para dizer se ela aguentava mais sessões de tortura. Como médico, ele tinha de prestar socorro. Se aquela pessoa seria mais torturada ao melhorar, é uma questão dos militares.” Essa convicção, Alessandra começou a formar

muito depois de ser apontada na pré-escola como “a filha do Lobo Mau”. Ela tinha entre 7 e 8 anos quando a mãe começou a explicar-lhe com mais detalhes a trajetória do pai. Aos 13, pediu para ler o livro que ele escrevera, embora alertada por Maria Helena de que “era pesado”: “Quis ler assim mesmo. Foi chocante, mas eu era muito nova. Acho que não entendi muito bem se tudo aquilo tinha realmente acontecido”.

“Na faculdade, o baque foi mais forte, porque tive muitos professores que foram presos políticos, atendidos por meu pai. Quando essa questão é levantada durante as aulas, fica muito difícil”, diz Alessandra, que começou aos 17 anos o curso de Jornalismo na PUC do Rio, onde tem bolsa de estudos integral. “Para mim, ele era o melhor pai do mundo. Até os 5 anos, eu passava o tempo todo com ele, porque minha mãe trabalhava o dia inteiro. Nós morávamos em um sítio, em Vassouras. Não tinha empregada. Ele cuidava de mim, cozinhava, fazia tudo. Eu me lembro da primeira vez que ralei o joelho. Tinha uns 4 anos. Meu pai passou a semana inteira me carregando no colo. Eu não ia nem ao banheiro sem ser no colo. Na faculdade, quando vi o nome do meu pai ser associado ao de torturador, eu não soube o que fazer.”

NA FACULDADE, ALESSANDRA ENCONTROU PROFESSORES QUE

FORAM ATENDIDOS POR SEU PAI NOS PORÕES DA DITADURA



HORROR

O quartel da Rua Barão de Mesquita, no Rio, e a Casa da Morte, em Petrópolis: centros de tortura



AFETO
Maria Helena, Alessandra e Amílcar Lobo no aniversário de 4 anos da garota: vínculos fortes

Durante uma aula prática de Redação em Jornalismo, a professora discorreu sobre a Comissão Nacional da Verdade, que estava prestes a ser instalada, e sobre os desaparecidos políticos. Em seguida, pediu para que pesquisassem na internet e escrevessem um texto sobre Rubens Paiva, cuja morte só foi reconhecida oficialmente em 1996. “Para falar do caso Rubens Paiva, tem de falar do meu pai. O primeiro link que eu cliquei tinha um artigo citando o torturador Amílcar Lobo. Eu comecei a chorar e saí da sala.” Suely Caldas, a professora, estranhou o comportamento da estudante: “Depois, conversamos. Quando ela disse que o pai tinha atendido Rubens Paiva, eu gelei. Passei até a dar uma atenção redobrada a ela. Cheguei a levar para ela o livro do meu ex-marido, Álvaro Caldas (*Tirando o Capuz*, sobre a luta armada e os cárceres do regime militar), mas ela já tinha lido.”

Na primeira conversa que tiveram, Suely contou a Alessandra que havia sido atendida três vezes por Lobo no prédio da Rua Barão de Mesquita, onde passou dois meses. Presa no final de fevereiro de 1970, por integrar os quadros do PCBR, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, ela estava com os seios empedrados e com febre, pois a

amamentação de sua filha recém-nascida tinha sido interrompida de forma brusca. Primeiro, Suely pediu para consultar o seu próprio médico, fora das grades: “Não consegui. Veio o Amílcar Lobo. Por três dias seguidos, ele me aplicou uma injeção para secar o leite”. Ao saber a história da professora, Alessandra pensou em desistir da faculdade. Antes do choro na aula de redação, ela já havia contado sobre seu pai a três colegas. Não imaginava, no entanto, que o passado estaria tão presente na rotina acadêmica: “Falttei a algumas aulas, mas decidi continuar. Quando voltei, tive a impressão de que todo mundo me olhava diferente”.

Um ano depois, a estudante entrou em pânico ao saber que integrantes da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro estariam na faculdade, para uma palestra seguida de debate: “Chamei a minha mãe, que estava trabalhando fora do Rio. Sozinha, eu não teria forças para defender meu pai”. Embora o nome de Amílcar Lobo esteja desde a década de 1980 na relação de 444 torturadores do projeto *Brasil: Nunca Mais*, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, Alessandra acredita que a participação do pai na máquina de repressão ainda está por ser esclarecida. Sua mãe também defende essa ideia com ardor. E não faltou ao debate

na PUC. Ao final da palestra, Maria Helena pediu a palavra e fez um desabafo: “Assumo a responsabilidade pelos atos do meu marido, mas somente pelos atos dele, pela parcela que me cabe nessa história suja do Brasil. Cabe a vocês, da Comissão da Verdade, investigarem isso a fundo. Ele teve medo. Foi omisso sim, como também foi a sociedade brasileira. Ele compactuou em silêncio. Quando denunciou, foi abandonado pela direita e massacrado pela esquerda.”

Passadas poucas semanas, Alessandra procurou o advogado e ex-deputado Modesto da Silveira, que tinha participado de uma aula do cineasta Silvio Tendler. “Chegou um momento que eu não podia mais me esconder, sair chorando da sala de aula. Tinha de defender, nas possibilidades reais, o meu pai”, diz Alessandra. “Modesto da Silveira ficou surpreso, mas me recebeu bem.” Famoso defensor dos direitos humanos, o advogado foi figura fundamental na identificação de Lobo como o médico que atendeu presos políticos na Casa da Morte, onde era chamado de doutor Carneiro. Em fevereiro de 1981, Modesto da Silveira estava ao lado da ex-presa política Inês Etienne Romeu quando ela localizou a casa de Petrópolis e, na sequência, denunciou a atuação de Lobo no centro de torturas clandestino. Único caso conhecido de sobrevivente da Casa da Morte,



UNIÃO
Filha e mãe na casa em
Madureira, onde Lobo
passou os últimos anos:
o legado é a memória

EM DEFESA DO PAI, ALESSANDRA LEMBRA QUE O MÉDICO

Inês Etienne confrontou Lobo no consultório de psicanálise, aquele da Avenida Nossa Senhora de Copacabana.

Durante um reencontro tenso, Lobo confirmou suas passagens pela Casa da Morte, onde chegara a fazer uma cirurgia em Inês, que passou 96 dias sob sevícias. Ambos concordaram que o médico não torturara, mas divergiram quanto a uma possível aplicação de Pentotal, conhecido como soro da verdade. Lobo negou o procedimento. Admitiu que poderia ter aplicado glicose ou outro medicamento e o fato ter sido distorcido, de propósito, pelos torturadores. Com o artifício, acreditando-se sob efeito de Pentotal, o interrogado se sentiria ainda mais vulnerável. O certo é que, depois da identificação do “doutor Carneiro” da Casa da Morte, presos políticos atendidos por Lobo no prédio da Rua Barão de Mesquita também o denunciaram.

A partir daí, a vida do médico, que estava sete anos fora do esquema da repressão, passou por uma reviravolta. A ditadura ainda vigorava e Lobo começou a sofrer ameaças por parte de militares. Nos anos seguintes, ele relatou ter escapado de dois atentados, cuja autoria creditou aos antigos aliados. A Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro não tomou nenhuma atitude clara contra Lobo, mas criou

mecanismos para que o médico não concluísse a formação. O Conselho Regional de Medicina, por sua vez, abriu um processo que culminou com a cassação de seu registro profissional, em 1988. Dois anos antes, por iniciativa própria, Lobo tinha desmontado junto à imprensa a farsa criada pelo Exército de que o ex-deputado Rubens Paiva desaparecera depois de ser resgatado por “terroristas”.

17 pontos sem anestesia

Alessandra fala sobre esses episódios com base no que soube nos anos seguintes à morte do pai, em agosto de 1997. Ela é filha do terceiro casamento de Lobo. Na época em que se envolveu com a repressão política, o médico estava em sua primeira união e tinha quatro filhos. “O meu irmão mais velho sofreu um sequestro em uma das vezes que meu pai tentou se desligar do Exército”, diz Alessandra. Sua mãe, Maria Helena, conheceu Lobo em 1973, aos 14 anos, quando começou a trabalhar como secretária no consultório dele. Em uma tarde do ano seguinte, Maria Helena chegou ao trabalho na hora que um general desembarcava de uma comitiva militar, com batedores e carros de segurança. “Achei aquilo lindo!”,

FOI O PRIMEIRO A FALAR A VERDADE SOBRE RUBENS PAIVA

recorda Maria Helena. “Fiquei eufórica ao ver o general Sylvio Frota entrando no consultório. Mas depois eu o ouvi dizer ‘Lobo, em outra situação, eu teria mandado prender você’. Naquele dia, Amílcar mandou suspender todas as consultas da tarde e ficou trancado na sala dele. Naqueles tempos, não percebi que ele estava sendo pressionado a continuar no Exército”.

Maria Helena se uniu a Lobo quando o médico já havia perdido o registro profissional. Por causa da relação, ela se considera uma perseguida política. Em 2002, até entrou com um pedido de indenização na Comissão de Anistia: “Perdi muitos empregos por ser viúva de Amílcar Lobo”. A requisição de Maria Helena – que ainda não teve resposta – é considerada como uma afronta pela maioria dos antigos “pacientes” de seu marido. E eles podem ser contados às dezenas. Alguns inclusive testemunharam contra Lobo no processo do Conselho Regional de Medicina. É o caso do jornalista Cid Benjamin. Localizado pela repressão em abril de 1970, aos 21 anos, o então militante do MR-8, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, havia participado do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick e tentou resistir à prisão. Acabou levando uma

série de coronhadas de fuzil na cabeça. “Quando cheguei na Barão de Mesquita, o Amílcar Lobo deu 17 pontos na minha cabeça. A frio. Anos depois, escreveu que eu me debati, recusando a anestesia, pensando que era Pentotal, o soro da verdade. Mas ele confundiu dois episódios. Eu só tentei me debater mais tarde, amarrado em uma cadeira, quando ele me aplicou o Pentotal.”

Benjamin afirma que, várias vezes, durante as sessões de tortura, Lobo surgia para auscultar o coração, medir a pressão e definir se havia risco de morte: “Ele sustentava a tese de que era só um médico do quartel, mas não concordo. Ele era um peão daquela engrenagem. Inocente ele não era.” Por outro lado, Benjamin acredita que Lobo passou, de fato, por um processo de arrependimento. Na sequência, tornou-se alvo dos militares envolvidos com a tortura e também dos que atuaram na resistência à ditadura: “Na verdade, ele ficou entre os dois fogos. Era uma pessoa muito atormentada. E nós, da esquerda, fomos intolerantes com ele. Faço uma autocrítica. Lobo deu um depoimento importantíssimo, sobre o Rubens Paiva. Poderíamos ter extraído mais informações dele”. Para Alessandra, Benjamin é a primeira pessoa comprometida com a resistência à ditadura que procura ver Lobo como ser humano.